



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objetivo Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sua sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, no endereço SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, controlada pelo Governo do Distrito Federal e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços e energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

1.2 Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

Empresa	Atividade	30/09/2013	31/12/2012
Participações diretas			
Em controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geração	100%	100%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	17%	17%
Em controlada em conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em coligada			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	47,57%	47,57%
Participações indiretas			
Em coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00

a) Controladas

- **CEB Distribuição S.A.** – A CEB Distribuição S.A. (“CEB D”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CEB D é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

(i) Informações sobre a concessão de distribuição de energia elétrica da CEB D

A CEB D é detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da ANEEL, com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

As principais obrigações da CEB D, previstas no contrato de concessão, consistem em:

- i) Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, pelas tarifas homologadas pelo poder concedente, nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação.
- ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, de modo a assegurar a continuidade, a regularidade, a qualidade e a eficiência dos serviços.
- iii) Manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar pela sua integridade. A venda, cessão ou doação em garantia hipotecária dos bens imóveis ou de partes essenciais das instalações depende de prévia e expressa autorização do poder concedente.
- iv) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo ao poder concedente, aos usuários e a terceiros, pelas eventuais consequências danosas da exploração dos serviços.
- v) Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, aos encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidos pelo poder concedente.
- vi) Permitir aos encarregados da fiscalização do poder concedente, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos seus registros contábeis.
- vii) Prestar contas ao poder concedente e aos usuários, segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, da gestão dos serviços concedidos.
- viii) Manter as reservas de água e de energia elétrica necessárias ao atendimento dos serviços de utilidade



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pública.

ix) Observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento.

x) Realizar programas de treinamento, de modo a assegurar, permanentemente, a melhoria da qualidade e mais eficiência na prestação dos serviços concedidos.

xi) Participar do planejamento setorial e da elaboração dos planos de expansão do Sistema Elétrico Nacional, implementando e fazendo cumprir, em sua área de concessão, as recomendações técnicas e administrativas deles decorrentes.

xii) Aderir ao Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica e assegurar livre acesso aos seus sistemas de transmissão e distribuição.

xiii) Integrar o Grupo Coordenador para Operação Interligada - GCOI, operando suas instalações de acordo com as regras vigentes, devendo a concessionária acatar e aplicar quaisquer novas resoluções, recomendações e instruções emitidas pelo GCOI.

xiv) Respeitar, nos termos da legislação em vigor, os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, a jusante de seus aproveitamentos hidrelétricos, devendo considerar, nas regras operativas, a alocação de volume de espera nos reservatórios de suas usinas, de modo a minimizar os efeitos adversos das cheias.

xv) Efetuar, quando determinado pelo poder concedente, consoante o planejamento para o atendimento do mercado, os suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e às interligações que forem necessárias. Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente que é representado pela ANEEL. Os valores das tarifas são reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada quatro anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A data da última revisão tarifária da CEB D foi no dia 26 de agosto de 2012. Neste processo, a ANEEL procedeu ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da CEB D, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A CEB D também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da CEB D.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da CEB D sem anuência prévia do poder concedente. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

(ii) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB D

Os planos da Administração para manutenção das atividades da Companhia consistem na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na recuperação de perdas técnicas e comerciais, na implantação do resultado dos estudos para a eficiência empresarial, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão. Assim, as informações contábeis intermediárias foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. A Administração acredita que a execução de ações para a implementação do seu planejamento, associada ao apoio de seu controlador indireto, Governo do Distrito Federal (GDF), serão suficientes para a continuidade normal das operações no curto prazo e possibilitará colocar a Companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazos.

Em consonância com o esforço empresarial e capitalização da CEB Distribuição S.A, a Companhia tem realizado uma agressiva política de cobrança junto aos devedores buscando reduzir substancialmente o seu contas a receber. Estão em andamento ações em conjunto com a Secretaria de Estado de Fazenda para o reconhecimento das dívidas do GDF para com a CEB D e, após definido o montante atual da dívida, buscar-se-á recursos e formas de pagamento.

As ações de cobranças judiciais têm sido monitoradas constantemente pela área jurídica da Companhia com vistas a acelerar o andamento das ações e também a execução dos créditos, quando for o caso.

A Administração da CEB D vem centrando todas as suas atenções e esforços na recuperação da Companhia em conjunto com a acionista Companhia Energética de Brasília – CEB e o majoritário da CEB, Governo do Distrito Federal – GDF. O apoio na recuperação técnica e financeira da Companhia é demonstrado a partir dos recursos aportados em razão do Termo de Compromisso de Subscrição de Ações originário de ato resolutivo da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do suporte à gestão da CEB D.

A Administração tem reduzido o endividamento ao longo dos anos. Novas linhas têm sido buscadas para substituírem empréstimos/financiamentos, de forma a convergir na redução de encargos financeiros.

Ainda relativamente ao tema, a Administração da CEB D estabeleceu, em cumprimento ao seu Plano de Expansão e Melhoria do Sistema de Distribuição consolidado no Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD, compromissos de realizar investimentos estruturantes de forma a garantir energia elétrica com qualidade e confiabilidade exigida para a Capital do País, com o consequente retorno financeiro ao seu acionista.

Como forma de garantir o cumprimento do plano de obras e de outras ações, foi elaborado o Planejamento Estratégico 2012-2015, composto por onze programas estratégicos, cujo objetivo é perseguir a excelência operacional e os mecanismos de gestão da Companhia. Os programas estratégicos definidos são:



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema elétrico.
2. Melhorar o Atendimento.
3. Melhorar a Imagem Institucional.
4. Reduzir os níveis de Perdas.
5. Acompanhar processos relevantes no âmbito da Regulação.
6. Implementar a Gestão de Ativos.
7. Aumentar a Receita.
8. Reduzir a Despesa.
9. Desenvolver compromisso com as Pessoas.
10. Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento.
11. Desenvolver Responsabilidade Social e Ambiental.

No intuito de se obter o compromisso com o atingimento dos objetivos, foram definidas metas e prazos para os indicadores dos programas estratégicos, desdobrando-os em planos de ações assumidos pela CEB D.

Para o gerenciamento e acompanhamento desses projetos e ainda a avaliação dos processos de trabalho atuais de desenvolvimento de novas oportunidades de alavancas financeiras, a Companhia contratou empresa de consultoria técnica externa. O trabalho está em desenvolvimento e abrange toda a cadeia de planejamento e investimentos, incluindo a contabilização dos valores no ativo patrimonial da Companhia.

O plano de ação está sendo executado pelos gerentes de projeto, com a participação da Direção da Companhia, fortalecendo a cadeia de controle do plano e o compromisso com seus resultados.

Assim, com o compromisso de recuperar a empresa distribuidora da Capital Federal, a Administração, o acionista CEB e o GDF corroboram com revitalização econômico-financeira e técnica-operacional com vistas à perenidade da CEB D.

(iii) Prorrogação das concessões

Medida Provisória nº 579 e Decreto Lei nº 7.805

O Governo Federal oficializou, por meio da Medida Provisória nº 579/2012 assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a redução nos custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Para as concessões de Distribuição haverá condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão e/ou seus termos aditivos. Adicionalmente, a referida Lei elimina os encargos setoriais CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), e reduz o encargo CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%. A ANEEL, com o objetivo de atender as determinações contidas na referida Lei, realizou Revisões Tarifárias Extraordinárias - RTE em janeiro de 2013, sendo que o efeito médio para os consumidores residenciais de baixa tensão da RTE da CEB D foi de 18,11%. Para as demais classes de consumidores, os efeitos variaram de 15% a 22%.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para a CEB D a concessão poderá ser prorrogada, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento aos critérios de racionalidade operacional e econômica.

A prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa das condições estabelecidas no contrato de concessão e/ou nos termos aditivos. A partir da decisão do Poder Concedente pela prorrogação, a CEB D deverá assinar o contrato de concessão e/ou os termos aditivos no prazo de até trinta dias contados da convocação.

(iv) Revisão Tarifária Extraordinária - RTE

Em 24 de janeiro de 2013, conforme disposto na Medida Provisória nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 em 11 de janeiro de 2013, a ANEEL efetuou o cálculo da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE para a CEB Distribuição, por meio da Resolução Homologatória Nº 1.446, de 24 de janeiro de 2013 que homologou as novas tarifas de energia para a Companhia, apurando uma redução média de 18,11% para os consumidores residenciais de baixa tensão. Para as demais classes de consumidores, os efeitos variaram entre 15% e 22%. A redução média da receita regulatória, considerada para o cálculo da RTE ocorrida em 2013 foi de 17,38%.

(v) Reajuste Tarifário

O reajuste tarifário acontece anualmente e tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis da concessão (energia comprada para fornecimento, encargos setoriais e encargos de transmissão) e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 1.589, de 20 de agosto de 2013, estabeleceu o reajuste tarifário anual da CEB Distribuição S.A.. O reajuste médio, que passou a vigorar a partir de 26 de agosto de 2013, ficou em 7,64% para o período de 12 meses, sendo 9,22% o reajuste econômico e de -1,58% relativos aos componentes financeiros pertinentes.

O efeito médio desse reajuste sobre as tarifas dos consumidores foi de 6,10%, sendo de 6,43% para os consumidores atendidos em alta tensão e de 5,94% para aqueles atendidos em baixa tensão.

(vi) Efeitos da Validação da Base de Remuneração Regulatória

Conforme a Resolução Homologatória nº 1.335/2012, a Revisão Tarifária da CEB Distribuição de 2012 era provisória, devendo o valor definitivo ser estabelecido após validação da Base de Remuneração Regulatória, a qual resultou em um ajuste na base econômica no valor negativo de R\$ 4.568 no IRT de agosto de 2013. Além disso, também foi considerado no referido processo um componente financeiro, referente ao período de agosto de 2012 a julho de 2013, no valor negativo de R\$ 4.665, atualizado pelo IGP-M para agosto de 2013.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vii) Aportes CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada originalmente pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, visando o desenvolvimento energético dos estados.

A CDE tem como finalidade promover a universalização do serviço de energia elétrica; garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa dos consumidores Residencial Baixa Renda; prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC); prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e da Medida Provisória nº 605, vigente no período de 23 de janeiro a 3 de junho de 2013, a CDE teve seu rol de destinações ampliado, quais sejam: prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica (na vigência da MP 605/2013); e prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição (na vigência da MP nº 605/2013).

Em caráter excepcional, visando atenuar os efeitos da conjuntura hidrológica desfavorável, diante das medidas empreendidas pelo Governo Federal em prol da modicidade tarifária, foi publicado o Decreto nº 7.945, de 7 março de 2013, que introduziu novas alterações nos instrumentos de repasse de recursos da CDE. Assim, a CDE passou a prover ainda: recursos para o risco hidrológico, exposição involuntária; ESS por segurança energética; e o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, de que trata a Portaria Interministerial nº MME/MF nº 25/2002, relativo ao ESS e à energia comprada para revenda (CVAenergia e CVAess). Esse repasse terá apuração anual, nos processos de reajuste e revisão tarifária das concessionárias de distribuição realizada no período de março de 2013 a fevereiro de 2014.

Sendo assim, a Resolução Homologatória 1.589/2013 que reajustou as tarifas da CEB Distribuição S.A., estabeleceu também, um valor mensal correspondente a R\$ 1.763 a ser repassado pela Eletrobrás à Companhia, no período de competência de dezembro de 2013 a julho de 2014, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Nessa mesma Resolução, a ANEEL estabeleceu ainda, um valor total de R\$ 94.616 a ser repassado pela Eletrobrás à CEB Distribuição S.A., em parcela única, para cobertura do resultado positivo das Contas de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVAs correspondentes à aquisição de energia e ao Encargo de Serviço do Sistema – ESS.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **CEB Geração S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica.

(i) Prorrogação das concessões

Medida Provisória nº 579/12 convertida na Lei nº 12.783/13 e Decreto Lei nº 7.805/12

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais, publicou a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Lei nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de prorrogação das suas concessões, mediante condições nela estabelecidas.

Para as concessionárias de geração, as principais condições referem-se à mudança para um regime tarifário, com revisões periódicas e quando da renovação haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador. A remuneração dos geradores pela operação e manutenção, deverá ser definida em normatização específica que será elaborada pela ANEEL.

Conforme noticiado pelo Governo, essa medida deverá reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

- (i) eliminação dos encargos setoriais RGR e CCC e redução da CDE, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7%; e
- (ii) definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

A subsidiária integral CEB Geração S.A., possui 2 (duas) concessões de geração de energia, conforme descrito a seguir:

- (i) UTE Brasília, outorgada pela Portaria do Ministério de Minas Energia - MME no. 255, e termo final da concessão em 7/7/2015. Para essa concessão, a Companhia apresentou à ANEEL, no dia 15 de outubro de 2012, requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, a Companhia comunicou aos acionistas da Companhia Energética de Brasília – CEB e aos demais segmentos do mercado de capitais, que a subsidiária integral CEB Geração S.A. protocolou no dia 15 de outubro de 2012, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o pedido de prorrogação da concessão de geração de



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

energia elétrica destinada a serviço público relativo à Usina Termelétrica de Brasília, conforme consta na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012 e na aprovação na 35ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB Geração S.A.

- (ii) UHE Paranoá, outorgada pelo Decreto no. 65.664, de 29/10/69 e prorrogada pela Portaria MME no. 255, e termo final da concessão em 29 de outubro de 2019.

Considerando que a concessão da UHE Paranoá expira apenas em 2019, as regras introduzidas pela MP 579 não se aplicam a essa concessão neste momento.

Contingências Jurídicas Dos Terrenos Da Usina Hidrelétrica Do Paranoá

Tramita perante o TJDF a ação judicial (processo nº 115.748-8/2008) proposta por Sandra dos Santos Jacinto Motta Paes contra a CEB Geração S.A, cujo objeto é a instituição de passagem forçada na estrada de acesso a UHE Paranoá. Caso a ação judicial seja julgada procedente, não deverá ensejar despesas de qualquer natureza a Companhia pelo uso da via de acesso. O processo se encontra aguardando a sentença.

Consta também, em tramitação no TJDF o Processo nº 2002.01.1.085001-7, em que a CEB Geração S.A não é parte, onde é questionada da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP parte da propriedade o imóvel onde está localizada a UHE Paranoá pelo espólio de Sebastião de Souza e Silva e Outros, o que vem dificultando a regularização da situação dominial do imóvel pela CEB Geração S.A, não interferindo nas suas atividades de geração de energia.

- **CEB Participações S.A. – CEBPar** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788 de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG–CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

- **CEB Lajeado S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515 de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e três por cento) do total das ações e 100% das ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, detém 40,07% (quarenta vírgula zero sete por cento) do total das ações e 100% das ações preferenciais da controlada.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da INVESTCO S.A, sobre este capital a CEB Lajeado S.A detém 20% de participação.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica –



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

- **Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS** – sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Distrital nº 2.518 de 10 de janeiro de 2001, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, e 17% do total das ações.

(i) **Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB Gás**

A CEB Gás entrou em operação parcial em 08 de novembro de 2007. A operação parcial é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil – Bolívia ao Distrito Federal.

(b) **Controlada em conjunto com outros acionistas**

- **Energética Corumbá III S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25,0% das ações ordinárias e 50,0% das ações preferenciais.

(c) **Coligada**

- **Corumbá Concessões S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A participação do Grupo no capital social da empresa é de 47,57% (47,57% em 31/12/2012), sendo 45,21% (45,21% em 31/12/2012) de propriedade da CEB e 2,36% (2,36% em 31/12/2012) de propriedade da CEB Participações S.A..

(i) **Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Corumbá Concessões S.A.**

A Concessionária atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

- ✓ Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais.
- ✓ Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de efficientização energética.
- ✓ Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ✓ Aferir otimizando sistematicamente os custos operativos.
- ✓ Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo o passivo circulante progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional.
- ✓ Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.).
- ✓ Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica.

A Administração entende que o excesso de passivo circulante, no montante de R\$ 19.517 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 16.835 em 31/12/2012), sobre o ativo circulante, é administrável no que diz respeito à sua liquidação, uma vez que, em sua boa parte, são relacionados aos valores dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco do Brasil - BB e aos dividendos declarados, ambos previstos no cronograma de caixa da Corumbá Concessões, mantendo inclusive, no que diz respeito ao BNDES/BB, o índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD.

No ano de 2012, a administração da Corumbá Concessões S.A realizou medidas importantes para realavancar a empresa. Dentre as medidas adotadas destacam-se a emissão de debêntures para resgate (*call*) do Fundo de Investimento em Participações Corumbá (FIP Corumbá), absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores através de redução de capital, além da efetiva renovação da Licença de Operação (L.O) 514/2005, sendo esta estendida até o ano de 2018. Enquanto as primeiras ações melhoraram significativamente o custo médio de capital da Companhia e sua capacidade de distribuição de dividendos, a renovação da L.O valida a estratégia sócio-ambiental da Companhia.

- **Investco** (investida direta da CEB Lajeado S.A.) – Empresa de capital aberto que tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). A CEB, detém através de sua Controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias, 20,0% de ações preferenciais classe R, 6,02% de ações preferenciais classe A e 20% de ações preferenciais classe B.

A Investco, juntamente com as sociedades empreendedoras, é parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

A base para o cálculo da depreciação dos bens do empreendimento é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ANEEL. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Investco para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Investco e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. A Administração entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento. Eventuais alterações serão acompanhadas e analisadas os seus impactos se existentes.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(d) Outras Participações

- **BSB Energética S.A.** – É uma sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,00% do capital social da BSB Energética S.A.

1.3 Concessões das operações

A CEB e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL e ANP, as seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
Distribuição			
CEB Distribuição S/A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015
Geração			
CEB Participações S/A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S/A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S/A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
Outros			
Companhia Brasileira de Gás S/A - CEBGÁS	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

1.4 Negociação das ações em bolsas de valores

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa).

Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação CEBR3, CEBR5 e CEBR6, para as ações ordinárias e preferenciais.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de Preparação

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de setembro de 2013 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e também de acordo com IFRS e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o Pronunciamento Técnico nº 21 (R1) emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis que trata das informações contábeis intermediárias.

O CPC 21 (R1) (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, arquivadas em 28 de março de 2013, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, exceto quanto ao descrito na Nota Explicativa nº 3 (i) e (ii), e que são decorrentes de mudança de práticas contábeis.

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 21 de novembro de 2013.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 30 de setembro de 2013, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 ADOÇÃO DE NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E RECLASSIFICAÇÕES NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30/09/2013

Na apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2012 e 30 de setembro de 2012 foram efetuados ajustes visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos das adoções dos CPC 33 (R1) e CPC 19 (R2), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013. Além dos ajustes dos CPC's, também ocorreram reclassificações de saldos nas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2012 para melhor comparabilidade com as informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2013. Tais ajustes seguem apresentados nos quadros abaixo:

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2012 - Controladora

	Saldos divulgados em 31/12/2012	Perdas atuariais (CPC 33 (R1)) (i)	Saldos reapresentados em 31/12/2012
Ativo Circulante	112.995		112.995
Caixa e Equivalentes de Caixa	88.787		88.787
Contas a Receber	3.348		3.348
Estoques	929		929
Tributos e Contribuições Compensáveis	8.661		8.661
Demais Créditos	11.270		11.270
Ativo não Circulante	885.789	(165.240)	720.549
Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.467		4.467
Demais Créditos	255		255
Investimentos	866.198	(165.240)	700.958
Imobilizado	14.869		14.869
Ativo Total	998.784	(165.240)	833.544
Passivo Circulante	31.941		31.941
Fornecedores	2.972		2.972
Obrigações Tributárias	1.676		1.676
Empréstimos e Financiamentos	16.962		16.962
Obrigações Societárias	574		574
Obrigações Sociais e Trabalhistas	127		127
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	9.244		9.244
Demais Obrigações	386		386
Passivo Não Circulante	374.981		374.981
Passivo Fiscal Diferido	97.269		97.269
Empréstimos e Financiamentos	65.712		65.712
Demais Obrigações	212.000		212.000
Patrimônio Líquido	591.862	(165.240)	426.622
Capital Social	342.056		342.056
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969		11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	206.565		206.565
Reserva de Lucros	2.051		2.051
Prejuízos Acumulados		(165.240)	(165.240)
Dividendos Adicionais Propostos	29.221		29.221
Passivo Total	998.784	(165.240)	833.544



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2012 - Consolidado

	Saldos divulgados em 31/12/2012	Ajustes		Saldos reapresentados em 31/12/2012
		Perdas atuariais (CPC 33 (R1)) (i)	Investimento Controlado em Conjunto (CPC 19 (R2))	
Ativo Circulante	570.535		(2.285)	568.250
Caixa e Equivalentes de Caixa	185.433		(3.143)	182.290
Contas a Receber	308.111		27	308.138
Aplicações Financeiras	9.805			9.805
Estoques	8.540			8.540
Tributos e Contribuições Compensáveis	25.372			25.372
Demais Créditos	33.274		831	34.105
Ativo não Circulante	1.853.884		(29.596)	1.824.288
Aplicações Financeiras	1.722		(1.722)	
Contas a Receber	98.462			98.462
Depósitos e Bloqueios Judiciais	11.768			11.768
Tributos e Contribuições Compensáveis	8.897			8.897
Ativos Mantidos para Venda	1.714			1.714
Ativo Financeiro Indenizável	622.486			622.486
Demais Créditos	1.702			1.702
Investimentos	608.002		51.949	659.951
Imobilizado	198.201		(79.709)	118.492
Intangível	300.930		(114)	300.816
Ativo Total	2.424.419		(31.881)	2.392.538
Passivo Circulante	615.292		(5.889)	609.403
Fornecedores	168.579		855	169.434
Obrigações Tributárias	98.912		(155)	98.757
Encargos Regulatórios	99.557		(170)	99.387
Empréstimos e Financiamentos	106.013		(2.744)	103.269
Obrigações Societárias	14.811			14.811
Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.021		(17)	29.004
Benefícios Pós Emprego	56.126			56.126
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	12.924			12.924
Demais Obrigações	29.349		(3.658)	25.691
Passivo não Circulante	987.141	165.240	(25.992)	1.126.389
Passivo Fiscal Diferido	136.157			136.157
Empréstimos e Financiamentos	315.813		(25.992)	289.821
Benefícios Pós Emprego	163.680	165.240		328.920
Encargos Regulatórios	109.881			109.881
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	41.253			41.253
Demais Obrigações	220.357			220.357
Patrimônio Líquido	821.986			656.746
Atribuível as acionista controlador	591.862			426.622
Capital Social	342.056			342.056
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969			11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	206.565			206.565
Reserva de Lucros	2.051			2.051

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos divulgados em 31/12/2012	Ajustes		Saldos reapresentados em 31/12/2012
		Perdas atuariais (CPC 33 (R1)) (i)	Investimento Controlado em Conjunto (CPC 19 (R2))	
Prejuízos Acumulados		(165.240)		(165.240)
Dividendos Adicionais Propostos	29.221			29.221
Atribuível aos acionistas não controladores	230.124			230.124
Passivo Total	2.424.419	165.240	(31.881)	2.392.538

Conciliação do Patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2012:

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado – 31/12/2011		
Atribuível as acionista controlador	518.315	518.315
Atribuível aos acionistas não controladores		227.716
Patrimônio líquido total	518.315	746.031
Ajustes:		
Perdas atuariais reflexas (i)	(69.344)	(69.344)
Total	(69.344)	(69.344)
Atribuído a:		
Atribuível as acionista controlador	(69.344)	(69.344)
Atribuível aos acionistas não controladores		
Patrimônio líquido ajustado – 01/01/2012	448.971	676.687
Atribuído a:		
Atribuível as acionista controlador	448.971	448.971
Atribuível aos acionistas não controladores		227.716

Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado – 31/12/2012		
Atribuível as acionista controlador	591.862	591.862
Atribuível aos acionistas não controladores		230.124
Patrimônio líquido total	591.862	821.986
Ajustes:		
Perdas atuariais reflexas (i)	(165.240)	(165.240)
Total	(165.240)	(165.240)
Atribuído a:		
Atribuível as acionista controlador	(165.240)	(165.240)
Atribuível aos acionistas não controladores		
Patrimônio líquido ajustado – 01/01/2013	426.622	656.746
Atribuído a:		
Atribuível as acionista controlador	426.622	426.622
Atribuível aos acionistas não controladores		230.124



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício de 2012, a periodicidade da avaliação atuarial foi anual e não trimestral como vem sendo feito no exercício de 2013.

Conciliação da demonstração do resultado para o período de três meses findo em 30 de setembro de 2012
- Consolidado:

	Saldos divulgados em 30/09/2012	Ajustes			Saldos ajustados em 30/09/2012
		CPC 19 (R2)		Reclassificações	
		Investimento Controlado em Conjunto	Equivalência Patrimonial		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	406.538	224		(1.201)	405.561
Custo com Energia Elétrica	(207.137)	(2.977)			(210.114)
Custo de Operação	(102.759)	735		(8.133)	(110.157)
Custo do serviço prestado a terceiros	(8.981)				(8.981)
Lucro Bruto	87.661	(2.018)		(9.334)	76.309
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(60.624)	183	1.100	9.334	(50.007)
Despesas com vendas	(16.417)				(16.417)
Despesas gerais e administrativas	(44.605)	182		8.133	(36.290)
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.477		1.100		5.577
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	(4.079)	1		1.201	(2.877)
Outras Despesas Operacionais	(10.995)				(10.995)
Outras Receitas Operacionais	6.916	1		1.201	8.118
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	27.037	(1.835)	1.100		26.302
Receitas (Despesas) Financeiras	(8.226)	637			(7.589)
Receitas financeiras	7.644	(66)			7.578
Despesas financeiras	(15.870)	703			(15.167)
Lucro Operacional antes dos Tributos	18.811	(1.198)	1.100		18.713
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.452)	98			(8.354)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(8.452)	98			(8.354)
Lucro Líquido Consolidado do Período	10.359	(1.100)	1.100		10.359
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	7.099				7.099
Atribuído aos acionistas não controladores	3.260				3.260

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação da demonstração do resultado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012
- Consolidado:

	Saldos divulgados em 30/09/2012	Ajustes			Saldos ajustados em 30/09/2012
		CPC 19 (R2)		Reclassificações	
		Investimento Controlado em Conjunto	Equivalência Patrimonial		
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.153.682	437		(3.893)	1.150.226
Custo com Energia Elétrica	(608.714)	(8.850)			(617.564)
Custo de Operação	(264.671)	2.166		(21.458)	(283.963)
Custo do serviço prestado a terceiros	(29.253)				(29.253)
Lucro Bruto	251.044	(6.247)		(25.351)	219.446
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(160.414)	530	3.576	25.351	(130.957)
Despesas com vendas	(37.455)				(37.455)
Despesas gerais e administrativas	(128.572)	530		21.458	(106.584)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.614		3.576		13.190
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	(4.001)			3.893	(108)
Outras Despesas Operacionais	(40.374)				(40.374)
Outras Receitas Operacionais	36.373			3.893	40.266
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	90.630	(5.717)	3.576		88.489
Receitas (Despesas) Financeiras	(26.937)	1.830			(25.107)
Receitas financeiras	27.002	(222)			26.780
Despesas financeiras	(53.939)	2.052			(51.887)
Lucro Operacional antes dos Tributos	63.693	(3.887)	3.576		63.382
Imposto de Renda e Contribuição Social	(15.857)	311			(15.546)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(27.103)	311			(26.792)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	11.246				11.246
Lucro Líquido Consolidado do Período	47.836	(3.576)	3.576		47.836
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	34.845				34.845
Atribuído aos acionistas não controladores	12.991				12.991

Conciliação dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012:

	Saldos divulgados em 30/09/2012	Investimento Controlado em Conjunto (CPC 19 (R2))	Saldos ajustados em 30/09/2012
Atividade Operacional	4.787	(4.109)	678
Atividade de Investimento	(12.178)	1.593	(10.585)
Atividade de Financiamento	17.037	2.017	19.054

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação da demonstração do valor adicionado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012- Consolidado

	Saldos divulgados em 30/09/2012	Investimento Controlado em Conjunto (CPC 19 (R2)) (ii)	Saldos reapresentados em 30/09/2012
Receitas	1.767.437	(192)	1.767.245
Venda de Energia, Serviços e Outras Receitas	1.747.591	(192)	1.747.399
Provisão/Rev. para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.477		5.477
Receita de Alienação de Ativo Imobilizado	14.369		14.369
Insumos Adquiridos de Terceiros	(890.067)	(7.613)	(897.680)
Custos de Energia e Serviços Vendidos	(608.714)	(8.850)	(617.564)
Custos de Construção	(119.716)		(119.716)
Serviços de Terceiros	(120.346)	854	(119.492)
Material	(4.644)	1	(4.643)
Provisões/Reversões	(6.850)		(6.850)
Outros	(29.797)	382	(29.415)
Valor Adicionado Bruto	877.370	(7.805)	869.565
Retenções	(34.360)	1.140	(33.220)
Depreciação e Amortização	(34.360)	1.140	(33.220)
Valor Adicionado Líquido Produzido	843.010	(6.665)	836.345
Valor Adicionado Recebido em Transferência	36.616	3.354	39.970
Receitas Financeiras	27.002	(222)	26.780
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.614	3.576	13.190
Valor Adicionado Total a Distribuir	879.626	(3.311)	876.315
Distribuição do Valor Adicionado	879.626	(3.311)	876.315
Empregados	125.965	(291)	125.674
Pessoal e Encargos	90.198	(291)	89.907
Benefícios	35.767		35.767
Impostos, Taxas e Contribuições	613.688	(961)	612.727
Federal	314.141	(940)	313.201
Estadual e Municipal	299.547	(21)	299.526
Remuneração de Capitais de Terceiros	92.137	(2.059)	90.078
Aluguéis	38.198	(7)	38.191
Despesas Financeiras	53.939	(2.052)	51.887
Remuneração de Capitais Próprios	47.836		47.836
Participação dos Acionistas Não Controladores	12.991		12.991
Lucros Retidos	34.845		34.845

(i) Benefícios a empregados

O CPC 33 (R1) excluiu a opção de utilização do “método corredor” no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos de benefícios definidos. A partir da adoção do novo pronunciamento os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) na controlada CEB Distribuição S.A.. Em 1º de janeiro de 2013, o efeito reflexo na controladora relativo às perdas reconhecidas sobre o plano de previdência e o plano Assistencial totalizou R\$ 165.240 (R\$ 4.816 do plano de previdência e R\$ 160.424 do plano assistencial). Vide Nota 20. Sobre o valor das perdas atuariais não foram



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reconhecidos ativos fiscais diferidos, pois a controlada CEB Distribuição S.A não vem apresentando histórico de rentabilidade e lucro tributável sustentável que justifique o registro destes créditos tributários.

(ii) Empreendimento controlado em conjunto

O CPC 19 (R2) eliminou a prática da consolidação proporcional dos empreendimentos controlados em conjunto. A partir da adoção do novo pronunciamento, os empreendimentos controlados em conjunto passaram a ser avaliados exclusivamente pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia possui participação em empreendimento controlado em conjunto na empresa Energética Corumbá III S/A.

(iii) Reclassificações

Itens	Demonstrações Contábeis	Saldos em 30/09/2012	Rubrica reclassificada	
			De	Para
Serviços de Terceiros (a)	DRE	(21.458)	Despesas Gerais e Administrativas	Custo dos Serviços Prestados – Custo da Operação
Recuperação de Créditos Baixados – Perdas (a)	DRE	3.893	Receita Bruta / Receita Líquida	Outras Receitas Operacionais

a) Demonstração do Resultado

A rubrica “Recuperações de Créditos Baixados” que foi apresentada como “Receita Operacional Bruta” no terceiro trimestre de 2012, esta sendo reclassificada para a rubrica “Outras Receitas Operacionais”. Os serviços classificados na natureza de Serviços de Terceiros ligados ao Custo dos Serviços Prestados vinham sendo classificados na função Despesas Gerais e Administrativas, após análises destes serviços, verificou-se que a classificação adequada para estes serviços é na função Custos dos Serviços Prestados – Custo da Operação. Estas reclassificações visam uma melhor apresentação tanto para fins societários como gerencial.

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

4.1 Fatores de risco

A Administração da CEB e de suas controladas têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de Crédito

A Controlada CEB D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária bem como o Grupo apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A CEB D possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

Demais Controladas e Coligadas e Controladas em conjunto – São empresas que possuem como principal cliente a CEB Distribuição. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela “A” das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à concessionária riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de rating. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

(b) Risco de liquidez

O Grupo, em especial a CEB Distribuição, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as informações contábeis intermediárias dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

O fluxo de pagamentos para os passivos financeiros de todo o Grupo é apresentado como segue:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)						
Fornecedores	161.763	140.734	21.029			
Obrigações Tributárias	279.758	145.663		134.095		
Encargos Regulatórios	255.361	60.372	72.012	122.977		
Empréstimos e Financiamentos	249.650	43.032	44.177	87.346	58.783	16.313
Obrigações Societárias	41.774	41.774				
Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.015	15.508	15.508			
Benefícios Pós Emprego	315.937	21.159	37.748	42.317	126.951	87.763
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	69.841		4.855	64.986		
Demais Obrigações	234.430	15.671		218.759		
Total	1.639.529	483.912	195.328	670.480	185.734	104.076

(c) Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas 6 e 19, respectivamente.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

(c1) Análise de Sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP e IGPM. A Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2014, as taxas CDI, TJLP e IGP-M serão de 10,19%, 5,00% e 5,62%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Possível	Remoto
CDI	12,74%	15,29%
TJLP	6,25%	7,50%
IGP-M	7,03%	8,43%

Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		10,19%	12,74%	15,29%
Efeito da Variação do CDI	110.242	121.476	124.284	127.092
		(11.234)	(14.042)	(16.850)
Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		7,06%	8,83%	10,59%
Efeito da Variação do CDI	225.948	241.900	245.888	249.876
		(15.952)	(19.940)	(23.928)

Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,00%	6,25%	7,50%
Efeito da Variação da TJLP	94.897	99.642	100.828	102.014
		(4.745)	(5.931)	(7.117)
Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,00%	6,25%	7,50%
Efeito da Variação da TJLP	107.030	112.382	113.719	115.057
		(5.352)	(6.689)	(8.027)

Alta do IGP-M	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,62%	7,03%	8,43%
Efeito da Variação do IGP-M	44.581	47.086	47.713	48.339
		(2.505)	(3.132)	(3.758)
Alta do IGP-M	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		4,96%	6,20%	7,44%
Efeito da Variação do IGP-M	60.112	63.094	63.839	64.584
		(2.982)	(3.727)	(4.472)



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impactos no Resultado	30/09/2013	31/12/2012
Cenário Possível - Cenário Provável		
CDI	(2.808)	(3.988)
TJLP	(1.186)	(1.338)
IGP-M	(626)	(745)
Cenário Remoto - Cenário Provável		
CDI	(5.617)	(7.976)
TJLP	(2.372)	(2.676)
IGP-M	(1.253)	(1.491)

(d) Risco Cambial

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB Distribuição está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda da Itaipu Binacional ter cotação em dólares estadunidenses.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela “A”, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da Distribuidora, situa-se entre os meses de agosto e julho. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do Órgão Regulador, ANEEL, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (hedge) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia e sua Controlada CEB Distribuição S.A desenvolveram análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio da Instrução nº 475, de 17.12.2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, o que reproduzimos de forma a clarear o cenário cambial.

Em 30 de setembro de 2013, a Administração estimou em um cenário provável que o valor de um dólar americano em 30 de setembro de 2014 será de R\$ 2,3700 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 30 de setembro de 2014 com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro. Por se tratar de uma análise de sensibilidade o impacto no resultado para os próximos 12 meses, foram considerados os saldos da dívida em 30 de setembro de 2013. Ressaltar-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 30 de setembro de 2013.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 30/09/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	2,2294	2,4500	3,0625	3,6750
	22.373	24.587	30.734	36.880
Efeito da Variação do Dólar		(2.214)	(8.361)	(14.507)
Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2012		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
	2,0446	2,0500	2,5625	3,075
	19.152	19.203	24.003	28.804
Efeito da Variação do Dólar		(51)	(4.851)	(9.652)
Impactos no Resultado			30/09/2013	31/12/2012
Cenário Possível - Cenário Provável				
Dólar			(6.147)	(4.801)
Cenário Remoto - Cenário Provável				
Dólar			(12.293)	(9.601)

Faz-se imprescindível salientar que a Companhia, suas controladas e coligadas não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

(e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para todo o Grupo para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de suas controladas e coligadas, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas precisam aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	30/09/2013	31/12/2012
Total dos empréstimos (Nota 19)	249.650	393.090
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(98.616)	(182.290)
Dívida líquida	151.034	210.800
Total do patrimônio líquido	465.994	426.622
Total do capital	617.028	637.422
Índice de alavancagem financeira - %	24,48	33,07

4.3 Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros do Grupo estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos de Crédito a Receber, Contas a Receber, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações Societárias, Benefícios Pós-Emprego e Encargos Regulatórios, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

(i) Classificação

(a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos do Grupo. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações Financeiras (Notas 5 e 9).

(b) Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem principalmente Caixa e Bancos (Nota 5), Contas a receber (Nota 6) e Títulos de crédito a receber (Nota 8).

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são compostos pelo ativo financeiro indenizável da concessão. (Nota 12).

(e) Passivos financeiros

O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos e Financiamentos (Nota 19), Fornecedores (Nota 16) e Obrigações Societárias e Encargos Regulatórios (Nota 18).

(ii) Reconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas e coligadas transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou suas controladas e coligadas tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.4 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“non-performance risk”*), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, nossos ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de setembro de 2013 e 31 dezembro 2012.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	30/09/2013			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	15.994	15.994	80.140	80.140
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	403	403	18.476	18.476
Contas a Receber	Custo Amortizado		1.845	1.845	354.279	354.279
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.164	1.164
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			660.111	660.111
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		4.831	4.831	161.763	161.763
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				249.650	249.650
Obrigações Societárias	Custo Amortizado				41.774	41.774
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				255.361	255.361

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2012			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	88.761	88.761	145.595	145.595
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	26	26	46.500	46.500
Contas a Receber	Custo Amortizado		3.348	3.348	406.600	406.600
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.179	1.179
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			622.486	622.486
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		2.972	2.972	169.434	169.434
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado		82.674	82.674	393.090	393.090
Obrigações Societárias	Custo Amortizado		574	574	14.811	14.811
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				209.268	209.268



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Caixa e Bancos conta Movimento	403	26	18.476	46.500
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	15.994	88.761	80.140	135.790
Total	16.397	88.787	98.616	182.290

As aplicações financeiras classificadas no ativo circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

6 CONTAS A RECEBER

(a) Composição do contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			341.491	404.587
Títulos de Créditos a Receber			30.362	35.309
Serviços Prestados a Terceiros	20.739	22.242	24.477	28.472
Total a Receber Bruto	20.739	22.242	396.330	468.368
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(18.894)	(18.894)	(42.051)	(61.768)
Total a Receber Líquido	1.845	3.348	354.279	406.600
Circulante	1.845	3.348	289.857	308.138
Não Circulante			64.422	98.462

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Valores a receber por idade de vencimento

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 30.09.2013	Total 31.12.2012
Classes de Consumidor					
Comércio, Serviços e Outros	18.354	43.739	11.785	73.878	65.075
Residencial	28.327	32.530	10.972	71.829	86.077
Poder Público	12.241	4.725	34.142	51.108	84.079
Iluminação Pública	5.785		26.052	31.837	32.552
Serviço Público	6.233		1.241	7.474	6.395
Industrial	2.712	1.774	1.124	5.610	8.857
Rural	1.719	1.466	1.013	4.198	6.408
Subtotal Consumidores	75.371	84.234	86.329	245.934	289.443
Fornecimento Não Faturado				80.787	97.694
Serviços Prestados a Terceiros				20.739	22.242
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE				26.864	29.806
Acordo CAESB (Nota 6e)				11.566	15.615
Parcelamentos a Faturar CP e LP				4.957	5.998
Concessionárias e Permissionárias	3.769		421	4.190	5.927
Outros				2.106	1.520
Serviço Taxado	271	437	424	1.132	1.374
Arrecadação a Classificar				(1.945)	(1.251)
TOTAL	79.411	84.671	87.174	396.330	468.368
Prov. Crédito Liquidação Duvidosa				(42.051)	(61.768)
Contas a receber líquido	79.411	84.671	87.174	354.279	406.600

A redução do saldo do Contas a Receber em 30 de setembro de 2013 foi impactada substancialmente pelos seguintes fatos:

- (i) Baixa de contas a receber para perdas no montante de R\$ 29.278 em contrapartida da baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- (ii) Redução da receita não faturada motivada pela redução na tarifa em razão da Lei 12.783/ 2012;
- (iii) Arrecadação referente à energia de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$ 26.394, recebido em janeiro e fevereiro de 2013; e
- (iv) Baixa para perdas no montante de R\$ 28.986, relativo a créditos do Governo do Distrito Federal vencidos há mais de 360 dias e considerados como incobráveis.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Engloba os recebíveis faturados e as estimativas dos valores não faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

Segue um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
		Reapresentado		Reapresentado
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	19.916	19.472	50.675	78.649
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias			25.817	25.846
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias			10.082	16.574
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias			9.495	18.365
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias			1.231	1.230
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias			754	1.775
Rural - Vencidos há mais de 360 dias			516	2.183
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias			423	1.853
Governo Distrito Federal - Acionista controlador não provisionado	(1.022)	(578)	(56.942)	(84.707)
Total	18.894	18.894	42.051	61.768

Em dezembro de 2012, a CEB registrou provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre fatura de serviço (Obra de iluminação pública) prestado. O motivo do provisionamento foi que a Secretária de Estado de Obras do Governo do Distrito Federal não reconheceu a obrigação de liquidar a fatura em função de não haver nota de empenho e ordem de serviço autorizando a execução da obra. A CEB vem discutindo o assunto junto a Secretária de Estado de Obras do Governo do Distrito Federal e envidando esforço no sentido de a dívida seja reconhecida e liquidada pelo Órgão do GDF.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Saldo em 31/12/2012	61.768
Adições	11.114
Baixa para perda - Lei 9.430/96	(29.278)
Reversões	(1.553)
Saldo em 30/09/2013	42.051

No exercício de 2012, iniciou-se o estudo de recuperação de débitos relativos à dedutibilidade fiscal das perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica, segundo os critérios disciplinados pela Lei 9.430/96.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No decorrer do semestre encerrado em 30 de setembro de 2013, a CEB D reconheceu como perdas o montante de R\$ 29.278, fruto da conclusão dos ajustes e parametrizações feitos no sistema de faturamento, por fatura, dos consumidores inadimplentes. Outros critérios baseados na referida Lei e determinados pela Administração, estão em fase de adequações e desenvolvimento para num curto prazo serem aplicados.

(d) Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal e não provisionados conforme quadro acima são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal cujo valor total monta em R\$ 106.666 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 106.847 em 31 de dezembro de 2012) compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública, multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005. No segundo trimestre de 2013, após análise individualizada dos créditos a receber com o Governo do Distrito Federal, a CEB Distribuição S.A reconheceu uma perda no montante de R\$ 28.986 devido à prescrição dos créditos.

A Administração, com base no atual estágio de cobrança e negociação dos referidos valores, principalmente com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão em andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados. Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB descritos no item (e) Acordo realizado com o Governo do Distrito Federal foram retirados do quadro abaixo.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento, não provisionados:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Saldos Vincendos		1.997	17.776	19.043
Vencidos até 90 dias	351	228	30.489	1.134
Vencidos de 91 a 360 dias	472	545	1.459	1.963
Vencidos há mais de 360 dias	1.022	578	56.942	84.707
Total	1.845	3.348	106.666	106.847

Créditos a receber do GDF vencidos há mais de 360 dias, sem provisão	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Secretarias de Governo do Distrito Federal	208	207	24.656	54.261
Administrações Regionais	610	167	29.344	29.133
Empresas do GDF	134	134	2.793	1.113
Outras	70	70	149	200
Total	1.022	578	56.942	84.707

(e) Acordo realizado com a Companhia de Água e Esgoto de Brasília - CAESB

Em agosto de 2011, a CEB D celebrou um acordo de parcelamento para liquidação dos créditos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB, relativos a encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor dos créditos reconhecido no referido Acordo de Parcelamento corresponde à quantia de R\$



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28.237, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, atualizadas pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Apresentamos a seguir, o montante em 30 de setembro de 2013:

Valor original do débito	14.800
Encargos Financeiros	7.539
Valor dívida reconhecida	22.339
Encargos a transcorrer	5.898
Valor do parcelamento na data do Acordo	28.237
Amortização	(15.295)
Ajuste a Valor Presente	(1.376)
Valor do parcelamento em 30/09/2013	11.566
Circulante	6.026
Não Circulante	5.540

O acordo celebrado com a CAESB não contemplou nenhum tipo de desconto sobre o valor original do contas a receber.

7 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

(a) Resumo dos Tributos e Contribuições Compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar (b)	6.241	7.653	17.413	15.394
Outros Tributos e Contribuições Compensáveis (b)	1.049	1.008	23.479	18.875
Total	7.290	8.661	40.892	34.269
Circulante	7.290	8.661	21.220	25.372
Não Circulante			19.672	8.897

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.155	4.041	3.709	4.091
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	702	815	6.041	3.094
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.384	2.797	7.663	8.209
Total	6.241	7.653	17.413	15.394
Circulante	6.241	7.653	17.413	15.394



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Outros Tributos e Contribuições Compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS			20.325	16.303
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS				
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	118	77	2.129	1.493
Programa de Integração Social - PIS	387	387	387	387
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Outros			94	148
Total	1.049	1.008	23.479	18.875
Circulante	1.049	1.008	3.807	9.978
Não Circulante			19.672	8.897

Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período com as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da Controlada CEB Distribuição S.A são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

(d) Ativos Fiscais Diferidos não Reconhecidos

A Companhia e sua Controlada CEB Distribuição S.A não registram os efeitos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido até que os planos de recuperação econômico-financeira da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável. Segue abaixo o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos em 30 de setembro de 2013:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Contingências Regulatórias			15.420	11.176
Contingências Cíveis			2.077	2.637
Contingências Trabalhistas	23	23	4.741	1.753
Contingências Fiscais	3.867	3.087	3.867	3.087
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados				1.437
Devedores Duvidosos	6.400	6.400	14.273	22.369
Perda Atuarial dos Planos de Benefícios Pós-Emprego			80.431	37.804
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	36.520	35.278	36.520	35.278
Outras Provisões			34.163	32.351
Total	46.810	44.787	191.492	147.891



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Serviços em Curso (a)			13.202	5.421
Desativações em Curso (b)			6.430	5.572
Dividendo/JSCP s a Receber	7.335	10.436	6.350	9.789
Aportes da CDE – Decreto 7.945/2013 (d)			5.027	
Previdência Privada dos Empregados			4.590	2.913
Crédito com Empregados	77	16	4.405	793
Despesas Pagas Antecipadamente			3.646	6.510
Títulos de Crédito a Receber (c)			1.164	1.179
Coligadas e Controladas	127	255		
Outros Créditos	817	818	2.652	3.630
Total	8.356	11.525	47.466	35.807
Circulante	8.228	11.270	45.797	34.105
Não Circulante	128	255	1.669	1.702

- a) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.
- b) Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente em serviço, cujo valor dos itens, quando desativados, é classificado pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo órgão regulador.
- c) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferências cumulativas e resgatáveis das classes “A” e “B”, emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A.
- d) Refere-se ao ressarcimento a receber de competência de junho de 2013 a ser efetuado pela Centrais Elétricas do Brasil – ELETROBRAS à controlada CEB Distribuição S.A., relacionado ao risco hidrológico, exposição involuntária e Encargos do Sistema por razão de segurança energética.

9 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
Aplicações Financeiras	568	9.805
Circulante	568	9.805

Em 17/10/2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A se reuniram em Assembleia Geral Extraordinária e decidiram exercer a opção de resgate da totalidade das ações preferenciais classe B de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB-Corumbá. Em virtude dessa opção, a CEB



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Participações S.A. resgatou em janeiro de 2013 94% das posições dos valores aplicados no fundo e os 6% restantes permaneceram para manutenção de contingências oferecidas em desfavor do Fundo.

10 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e da Controlada CEB Distribuição S.A, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e cauções referentes a leilões de energia. Ainda encontram-se registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Bloqueios Judiciais	3.803	3.794	5.091	4.852
Cauções	673	673	6.120	6.365
Depósitos Recursais			803	551
Total	4.476	4.467	12.014	11.768

11 ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado	
			30/09/2013	31/12/2012
Terreno	Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA) QI 20 Lote M - Guará	1.200 m²	20	20
Terreno	Setor de Habitações Individuais Sul (SHIS) Trecho 04 Quadra 10 - Lago Sul	1.600 m²	125	125
Terreno	Edificações da QI 10 Lote 25 a 38 - Setor Industrial, Taguatinga	1.040 m²	673	673
Terreno	QI 10 Lote 38 Setor Industrial - Taguatinga	10.500 m²	896	896
Total			1.714	1.714

Estes ativos estão registrados pelo valor contábil, que é o menor valor na comparação com o valor justo menos despesas para venda, conforme disposto no item 15 do Pronunciamento Técnico CPC 31. Em 25 de maio de 2013, foi realizada uma avaliação do Terreno localizado à QI 10 Lote 38, Setor Industrial por empresa especializada que apurou um valor de mercado de R\$ 20.875.

12 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

(a) Contrato de Concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, para refletir a atividade principal da Companhia, e refere-se a infraestrutura investida nas concessões que serão objeto de indenização do Poder concedente ao final da concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgados no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando que essa alteração implicou, em média, em um alongamento da vida útil dos referidos bens, houve uma diminuição da amortização do ativo intangível e um aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, a remensuração da infraestrutura resultou, em 30 de junho de 2012, na reclassificação de R\$ 24.344 da rubrica de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Com o advento da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, a Administração entendeu que a melhor estimativa para cálculo da indenização a ser paga pelo poder concedente ao término do contrato de concessão seria utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da consequente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi determinado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR, ao final do prazo contratual da concessão.

Adotando essa nova estimativa, a Companhia recalculou o ativo financeiro conforme a Base de Remuneração Regulatória (BRR) do 3º. Ciclo de Revisão Tarifária, que ocorreu em agosto de 2012. Esse procedimento gerou um ajuste positivo no ativo financeiro de R\$ 108.018 em 31 de dezembro de 2012, e no resultado de 2012 o valor de R\$ 71.292, líquido dos efeitos tributários. A partir de 31 de dezembro de 2012, o ativo financeiro será movimentado pelas adições, atualizações e baixas, e remensurado sempre da ocorrência de um novo ciclo tarifário.

Este ativo financeiro está classificado como um ativo disponível para venda, pois a Administração entende que esta classificação é a mais adequada, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. Em 31 de dezembro de 2011, esse ativo financeiro estava classificado como empréstimos e recebíveis, avaliado a custo amortizado.

Conforme estabelecido pelo pronunciamento técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as variações na estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício. Portanto, com o advento da Medida Provisória nº 579/2012, confirmou-se que as variações no valor da indenização decorrentes da atualização monetária ou dos valores de reposição constituem-se em elemento do fluxo de caixa esperado e consequentemente devem ser registrados no resultado.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a Companhia verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório serão reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 30 de setembro de 2013, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	374.965
Adições	120.054
Baixas	(4.895)
Reclassificação Resolução ANEEL nº 474/12	24.344
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	108.018
Saldo em 31 de dezembro de 2012	622.486
Adições	45.759
Baixas	(8.134)
Saldo em 30 de setembro de 2013	660.111

Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos na data das informações contábeis intermediárias.

13 INVESTIMENTOS

(a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Avaliados por Equivalência Patrimonial	760.393	695.973	392.667	380.565
Propriedade para Investimento (a)			274.400	274.400
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.232	3.232	3.232	3.232
Outros	1.757	1.753	1.757	1.754
Total	765.382	700.958	672.056	659.951



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Propriedade para Investimento

Em 31 de dezembro de 2012, a Controlada CEB D transferiu o imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, que estava registrado na rubrica “Bens Destinados a Venda” para a rubrica “Propriedade para Investimento”. Esta transferência atende ao Pronunciamento Técnico CPC 31, item 8, que determina que em caso de não realização da venda do bem no prazo de 1 ano, o bem deve ser reclassificado para o Imobilizado ou para o Investimento, dependendo da intenção do destino a ser dado ao bem pela administração. Em agosto de 2012, a controlada CEB D realizou avaliação do imóvel a preço de mercado e conforme laudo emitido pela Câmara de Valores Imobiliários do Distrito Federal, o valor de mercado do imóvel é de R\$ 301.287. A Companhia entende que este valor avaliado está de acordo com a expectativa de mercado.

(b) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora						30/09/2013 Valor Contábil	31/12/2012 Valor Contábil
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB			
CEB Distribuição S.A	580.532	404.540	100,00	100,00	350.532.450	404.540		359.082
CEB Lajeado S.A	145.656	360.650	59,93	59,93	82.013.911	127.514		121.590
Corumbá Concessões S.A	218.966	234.371	45,20	9,30	256.009.911	105.963		101.444
Energética Corumbá III S.A	121.586	148.766	37,50	25,00	45.594.783	55.787		51.949
CEB Participações S.A	41.271	51.242	100,00	100,00	41.270.415	51.242		48.356
CEB Geração S.A	7.575	15.078	100,00	100,00	7.575.212	15.078		13.213
Companhia Brasiliense de Gás	4.271	1.578	17,00	51,00	30.600	269		339
Total						760.393		695.973

Investidas	Consolidado						30/09/2013 Valor Contábil	31/12/2012 Valor Contábil
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB e Controladas			
Corumbá Concessões S.A	218.966	234.371	47,55	9,30	269.294.911	111.462		106.708
Investco S.A	804.459	1.127.091	20,00	20,00	133.563.595	225.418		221.908
Energética Corumbá III S.A	121.586	148.766	37,50	25,00	45.594.783	55.787		51.949
Total						392.667		380.565

• **Informações financeiras resumidas**

Investidas	30/09/2013			31/12/2012		30/09/2012
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A	1.667.904	1.263.364	1.217.583	1.663.299	1.138.978	1.093.927
Corumbá Concessões S.A	691.462	457.091	99.359	691.680	467.304	104.410
CEB Lajeado S.A	397.870	37.220	82.195	473.012	122.956	82.668
Energética Corumbá III S.A	235.982	87.216	24.768	230.049	91.517	23.418
CEB Participações S.A	52.107	865	9.932	52.394	4.037	10.276
CEB Geração S.A	16.416	1.338	11.660	15.083	1.871	10.798
Companhia Brasiliense de Gás	1.866	288	3.361	2.582	586	3.856



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• **Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

Investidas	Controladora							
	Períodos de três meses findos em				Períodos de nove meses findos em			
	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2012
CEB Distribuição S.A	77.177	77.177	(4.715)	(4.715)	(5.261)	(5.261)	5.092	5.092
CEB Lajeado S.A	11.042	6.174	7.591	4.245	25.386	14.196	30.036	16.797
Energética Corumbá III S.A	3.990	1.496	2.938	1.101	8.779	3.292	9.538	3.577
CEB Geração S.A	2.483	2.483	1.729	1.729	5.324	5.324	5.201	5.201
Corumbá Concessões S.A	5.639	2.550	3.834	1.418	9.994	4.519	(4.076)	(1.506)
CEB Participações S.A	1.961	1.961	2.175	2.175	3.630	3.630	2.866	2.866
Companhia Brasileira de Gás	(121)	(19)	(103)	(17)	(418)	(70)	(300)	(51)
Total	102.171	91.822	13.449	5.936	47.434	25.630	48.357	31.976

• **Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial**

Controladora							
Investidas	31/12/2012	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	Resultado de Equivalência Patrimonial	Equivalência Patrimonial Reflexa	Ganho/(Perda) na Variação de Percentual	Outros	30/09/2013
CEB Distribuição S.A	359.082		(5.261)	50.719			404.540
CEB Lajeado S.A	121.590	(8.272)	14.196				127.514
Corumbá Concessões S.A	101.444		4.519				105.963
Energética Corumbá III S.A	51.949		3.292		(31)	577	55.787
CEB Participações S.A	48.356	(744)	3.630				51.242
CEB Geração S.A	13.213	(3.459)	5.324				15.078
Companhia Brasileira de Gás	339		(70)				269
Total	695.973	(12.475)	25.630	50.719	(31)	577	760.393

Consolidado						
Investidas	31/12/2012	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	Resultado de Equivalência Patrimonial	Ganho/(Perda) na Variação de Percentual	Outros	30/09/2013
Investco S.A	221.908	(6.350)	9.860			225.418
Corumbá Concessões S.A	106.708		4.754			111.462
Energética Corumbá III S.A	51.949		3.292	(31)	577	55.787
Total	380.565	(6.350)	17.906	(31)	577	392.667

(c) **Informações adicionais sobre empresa controlada em conjunto**

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contas Patrimoniais	30/09/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	9.691	8.383
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	3.019	3.055
Outros Créditos	4.811	4.593
Fundos Vinculados	801	1.155
Imobilizado	212.391	212.558
Intangível	5.269	14.733
Total de Ativos	235.982	244.477
Fornecedores	83	845
Tributos e Contribuições Sociais	404	408
Folha de Pagamento	7	8
Empréstimos e Financiamentos	71.258	76.632
Outras Obrigações	742	4.060
Dívidas com pessoas ligadas	9.754	9.564
Bens de Uso Público	4.968	14.428
Patrimônio Líquido	148.766	138.532
Total Passivo + Patrimônio Líquido	235.982	244.477
Contas de Resultado	30/09/2013	30/09/2012
Receita Operacional Líquida	24.768	23.940
Custo com Energia	(3.116)	(983)
Custos de Operação	(6.754)	(6.479)
Despesas Operacionais	(1.304)	(1.231)
Despesas Financeiras, Líquidas	(3.972)	(4.878)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(843)	(831)
Lucro Líquido do Período	8.779	9.538

(d) Operações controladas em conjunto

A Companhia possui operações em conjunto com outros acionistas no Consórcio UHE Queimado e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são como segue:

Contas Patrimoniais	30/09/2013	31/12/2012
Caixa e equivalentes de caixa	176	353
Outros Créditos	2.847	5.548
Imobilizado/Intangível	121.527	125.047
Total de Ativos	124.550	130.948
Fornecedores	2.967	6.267
Tributos e Contribuições Sociais	73	120
Outras Obrigações	6.749	7.470
Patrimônio Líquido	114.761	117.091
Total Passivo + Patrimônio Líquido	124.550	130.948

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Resultado de Equivalência Patrimonial – Consolidado

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre a variação do patrimônio líquido das coligadas. Este valor não é eliminado nas informações consolidadas do grupo.

14 IMOBILIZADO

(a) Movimentação

Eventos	Controladora						
	Imobilizado em Serviço					Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios		
Custo do Imobilizado							
Saldo em 31/12/2012	13.130	1.098	874	97	148	2	15.349
Adições						212	212
Saldo em 30/09/2013	13.130	1.098	874	97	148	214	15.561
Depreciação Acumulada							
Saldo em 31/12/2012		(129)	(223)	(97)	(31)		(480)
Depreciação		(33)	(70)		(4)		(107)
Saldo em 30/09/2013		(162)	(293)	(97)	(35)		(587)
Imobilizado Líquido – 30/09/2013	13.130	936	581		113	214	14.974
Imobilizado Líquido – 31/12/2012	13.130	969	651		117	2	14.869
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%		

Eventos	Consolidado								
	Imobilizado em Serviço						Imobilizado em Curso	Total	
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios			Outros
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31/12/2012	14.097	13.418	17.023	42.982	12.622	6.985	144	59.554	166.825
Adições				2.600	3.343	1.100		52.958	60.001
Baixas				(4)					(4)
Transferências		410	(424)	(30)		(14)	20	(46.550)	(46.588)
Saldo em 30/09/2013	14.097	13.828	16.599	45.548	15.965	8.071	164	65.962	180.234
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31/12/2012		(3.082)	(8.396)	(26.300)	(7.903)	(2.533)	(118)		(48.332)
Depreciação		(221)	(369)	(1.297)	(948)	(375)	(2)		(3.212)
Transferências		(127)	164	(95)		(4)	1		(61)
Saldo em 30/09/2013		(3.430)	(8.601)	(27.692)	(8.851)	(2.912)	(119)		(51.604)
Imobilizado Líquido - 30/09/2013	14.097	10.398	7.998	17.856	7.114	5.159	45	65.962	128.630
Imobilizado Líquido - 31/12/2012	14.097	10.336	8.627	16.682	4.719	4.452	26	59.554	118.493
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 7,7%	2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 INTANGÍVEL

Eventos	Consolidado					
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			Total
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Custo do Intangível						
Saldo em 31/12/2012	238.899	90.229	50.435	2.854	158.946	541.363
Adições	5.303	157.613	2.917	3.109		168.942
Baixas	(1.174)					(1.174)
Transferências		(49.309)				(49.309)
Obrigações Especiais	(84)	(82.955)				(83.039)
Saldo em 30/09/2013	242.944	115.578	53.352	5.963	158.946	576.783
Amortização Acumulada						
Saldo em 31/12/2012	(158.055)		(41.283)		(41.209)	(240.547)
Amortizações	(26.831)		(2.369)		(4.415)	(33.615)
Baixas	103					103
Transferências					(2.411)	(2.411)
Saldo em 30/09/2013	(184.783)		(43.652)		(48.035)	(276.470)
Intangível Líquido - 30/09/2013	58.161	115.578	9.700	5.963	110.911	300.313
Intangível Líquido - 31/12/2012	80.844	90.229	9.152	2.854	117.737	300.816

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das informações contábeis intermediárias.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável (concessão).



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Direito de Exploração de Concessão de Geração - A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. detentora do direito de exploração de concessão da Usina que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito, se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado que foi decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe "R", nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco com a Eletrobrás. Esse valor vem sendo amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

16 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Suprimento de Energia Elétrica			94.743	113.972
Materiais e Serviços	4.831	2.972	59.179	40.108
Encargos de Uso de Rede Elétrica			7.662	14.929
Fornecedores de Gás			179	425
Total	4.831	2.972	161.763	169.434

17 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

(a) Resumo das Obrigações Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	97.269	97.269	160.707	140.748
Outros Tributos (c)	758	1.676	119.051	94.166
Total	98.027	98.945	279.758	234.914
Circulante	758	1.676	145.663	98.757
Não Circulante	97.269	97.269	134.095	136.157

(b) Imposto do Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	118.045	103.382
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.747	42.662	37.366
Total	97.269	97.269	160.707	140.748
Circulante			26.624	4.803
Não Circulante	97.269	97.269	134.083	135.945

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A., CEB Lajeado S.A é o lucro real anual com antecipações mensais.

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	19.965	35.672	19.965	35.672	57.838	63.382	57.838	63.382
Equivalência Patrimonial - Coligadas					(17.906)	(13.190)	(17.906)	(13.190)
Resultado das Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido					(10.367)	(9.104)	(10.367)	(9.104)
Total do Resultado Tributado	19.965	35.672	19.965	35.672	29.565	41.088	29.565	41.088
Ajuste RTT					5.339	3.130	5.339	3.130
Equivalência Patrimonial	(25.630)	(31.976)	(25.630)	(31.976)				
Adições Permanentes, Líquidas	(505)	8	(505)	8	35.631	25.652	35.631	25.652
Adições Permanentes	46	8	46	8	36.182	29.052	36.182	29.052
Perdas - Outras					2.009	1.835	2.009	1.835
Perda com Créditos a Receber Acordo Brasil Telecom						5.955		5.955
Perdas sobre Contas a Receber - VM Lei 9430/96						4.212		4.212
Perda sobre Conta a Receber - Governo do Distrito Federal					28.986		28.986	
Encargos/Gratificações/Alimentação de Diretores					392	381	392	381
Contribuições não Compensatórias					50	46	50	46
Subvenção de Energia Elétrica					284	442	284	442
Amortização de Ágio sobre Investimentos					4.415	4.415	4.415	4.415
Excesso de Previdência Privada						11.766		11.766
Outras Adições	46	8	46	8	46		46	
Exclusões Permanentes	(551)		(551)		(551)	(3.400)	(551)	(3.400)
Dividendos Recebidos	(551)		(551)		(551)		(551)	
Equivalência Patrimonial - Mudança de Método Custo para MEP						(3.400)		(3.400)
Exclusões Temporárias, Líquidas	2.203		2.203		(500)	7.086	(500)	7.086
Adições Temporárias	2.306		2.306		72.002	78.365	72.002	78.365
Reversão de Exclusão de Ganho de Capital 2011						33.147		33.147
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	2.306		2.306		19.640	4.863	19.640	4.863
Provisão de Benefício Pós-Emprego - Assistencial Aposentados					28.645	23.190	28.645	23.190
Provisão do Contrato de Arrecadação						2.019		2.019
Provisão para Devedores Duvidosos					11.269	9.526	11.269	9.526
Atualização Monetária - Superávit de Baixa Renda					5.201	5.453	5.201	5.453
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos					7.247		7.247	
Outras Adições						167		167
Exclusões Temporárias	(103)		(103)		(72.502)	(71.279)	(72.502)	(71.279)
Reversão de Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	(103)		(103)		(1.878)	(1.641)	(1.878)	(1.641)
Reversão de Benefício Pós-Emprego Assistencial Aposentados					(23.098)	(19.668)	(23.098)	(19.668)
Reversão de Provisão para Devedores Duvidosos					(29.709)	(45.219)	(29.709)	(45.219)
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros					(4.296)		(4.296)	
Reversão de Provisão para Contratos de Arrecadação						(1.463)		(1.463)
Constituição e Realização de Ativos e Passivos Regulatórios					(4.405)	(1.411)	(4.405)	(1.411)
Recuperação de Créditos Baixados como Perdas								-
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios					(9.089)	(1.877)	(9.089)	(1.877)
Outras Exclusões	0		0		(27)		(27)	
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	(3.967)	3.704	(3.967)	3.704	70.035	76.956	70.035	76.956
(-) Compensação Prejuízo Fiscal		(1.111)		(1.111)		(1.648)		(1.648)
Base de Cálculo	(3.967)	2.593	(3.967)	2.593	70.035	75.308	70.035	75.308
Alíquota Aplicável *	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente		631		232	17.447	18.713	6.295	6.778
IRPJ/CSLL - Prejuízo Fiscal e Base Negativa não Constituídos					1.010		395	
IRPJ - Lucro Presumido					1.408	924	424	413
Ajustes IRPJ/CSLL - Exercício - 2012	1.549		512	(36)	1.588		525	(36)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	1.549	631	512	196	21.453	19.637	7.639	7.155
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido						(8.263)		(2.983)

(*) Alíquota de 15% e 10% de Adicional para o IRPJ.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo Fiscal Diferido

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota 15). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB Distribuição S.A., como aporte de capital e está registrado como propriedade para investimento. Outro evento que gerou o reconhecimento de passivo fiscal diferido foi o ganho sobre o registro do VNR (Valor Novo de Reposição) que foi registrado também na controlada CEB Distribuição S.A. Os passivos fiscais diferidos serão realizados somente por ocasião da venda dos terrenos e pela realização do VNR.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	98.584	99.953
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.747	35.499	35.992
Total	97.269	97.269	134.083	135.945
Não Circulante	97.269	97.269	134.083	135.945

(c) Outros Tributos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações - ICMS	276	40	89.421	75.831
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social- COFINS	10	872	19.542	9.186
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	152	197	1.587	1.949
Programa de Integração Social – PIS	2	189	4.234	1.985
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	21	20	1.318	919
Outros	297	358	2.949	4.296
Total	758	1.676	119.051	94.166
Circulante	758	1.676	119.039	93.954
Não Circulante			12	212

18 ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
Superávit de Baixa Renda (a)	95.648	90.447
Contribuição de Iluminação Pública (b)	92.781	45.299
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (c)	55.666	47.509
Encargos do Consumidor a Recolher	1.492	15.754
Consumidores	9.774	10.259
Total	255.361	209.268
Circulante	132.455	99.387
Não Circulante	122.906	109.881



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Superávit de Baixa Renda

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

(b) Contribuição de Iluminação Pública

A Contribuição de iluminação pública foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27/12/2002 para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, efficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito federal (GDF). Do montante de R\$ 92.781, R\$ 81.254 refere-se à parcela já arrecadada e pendente de pagamento ao GDF. Esse saldo representa o montante histórico arrecadado, sem atualização monetária e de juros, não calculado pelo fato de a Administração entender que tal dispositivo não está regulamentado.

(c) Obrigações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética

A Controlada CEB Distribuição S.A., por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ainda ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/03/2004 e 28/03/2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referente PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/04/2006, nº 300, de 12/02/2008 e nº 316, de 13/05/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 01/01/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

	Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012
Programa de Eficiência Energética - PEE	38.829	29.853
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	16.182	16.641
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	437	678
Ministério de Minas e Energia – MME	218	337
Total	55.666	47.509

19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Entidades	Controladora		Consolidado		Encargos
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012	
ELETRONBRÁS			44.581	60.112	Taxa. de Administração + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (FINAME)			6.251	7.001	Juros de 4,5% a.a. de atualização pela TJLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)			88.619	100.029	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Caixa Econômica Federal S.A			110.199	142.960	CDI + Juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A				314	129% do CDI CETIP (durante o período de utilização)
Caixa Econômica Federal S.A		85.648		85.648	CDI + spread de 0,28% a.m.
Custo da Transação		(2.974)		(2.974)	
Total		82.674	249.650	393.090	
Circulante		16.962	87.208	103.269	
Não Circulante		65.712	162.242	289.821	

(a) Garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB Distribuição S.A.

Os montantes das dívidas classificadas no passivo não circulante em 30 de setembro de 2013 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado
2014	22.694
2015	72.318
2016	24.588
2017	16.434
2018 em diante	26.408
Total	162.442



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	82.674	393.090
Empréstimos e Financiamentos Obtidos		56.720
Encargos Incorridos no Período	886	20.630
Encargos Financeiros Pagos	(1.534)	(21.733)
Amortizações de principal	(85.000)	(202.031)
Custo da Transação	2.974	2.974
Saldo em 30 de setembro de 2013	-	249.650

20 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A leitura desta nota explicativa deve ser realizada em conjunto com as respectivas divulgações apresentadas na Nota 20 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012.

a) Planos de benefícios

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB Distribuição S.A. e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB Distribuição S.A.
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido	CEB Distribuição S.A.
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado

O passivo do benefício pós-emprego dos planos previdenciários foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

A CEB Distribuição S.A. mantém junto à FACEB dois planos previdenciários, sendo um constituído na modalidade de benefício definido (BD) e outro na modalidade de contribuição definida (CD). Além disso, a empresa mantém para os seus empregados e familiares planos de saúde que são administrados pela FACEB, sendo que a CEB Distribuição S.A. tem responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas apenas no plano denominado CEB - Assistencial, uma vez que a sua participação no plano denominado CEB-Saúde está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas e, dessa forma, não existe passivo com benefícios pós-emprego.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Plano de Saúde Assistencial é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB D.

O custeio do plano é feito mediante pagamento de co-participação pelos usuários, no momento em que utilizam o plano, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

Quanto aos planos previdenciários, o passivo com benefícios pós-emprego foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

Os montantes no passivo relativos aos planos de Previdência, Assistência e Demissão Voluntária são os seguintes:

	30/09/2013	31/12/2012
Plano de Previdência	76.418	98.439
Plano de Assistência	231.255	271.612
Programa de Demissão Voluntária	8.264	14.993
Total	315.937	385.044
Circulante	58.906	56.124
Não Circulante	257.031	328.920

Os montantes no resultado relativos ao plano de Previdência e Assistência são os seguintes:

Previdência	5.263	5.422
Assistência	23.538	19.159
Total	28.801	24.581

b) Planos Previdenciário e Assistencial

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
Valor presente das obrigações atuariais	2013	2013
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	(1.095.271)	(234.795)
Custo do serviço corrente	(2.616)	(471)
Custo de juros	(24.424)	(5.236)
Ganhos/(Perda) atuariais	38.655	(793)
Benefícios Pagos pelo plano	14.727	10.040
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	(1.068.929)	(231.255)



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
Valor justo dos ativos do plano	2013	2013
Valor justo dos ativos do plano no início do período	1.055.403	
Retorno esperado dos ativos do plano	23.535	
Ganhos/(Perda) atuariais	(69.432)	
Contribuições do empregador	11.140	10.040
Contribuições do participante do plano	2.694	
Benefícios Pagos pelo plano	(14.727)	(10.040)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	1.008.613	

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
Valores reconhecidos no balanço patrimonial	2013	2013
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	(60.316)	(231.255)
(Passivo)/Ativo líquido reconhecido no final do período	(75.147)	(275.362)
Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no balanço		
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(39.868)	(234.795)
Contribuições aportadas no plano	11.140	10.039
Amortização de ganhos/(perdas) atuariais	(30.778)	(792)
Despesas do exercício	(810)	(5.707)
(Passivo)/Ativo reconhecido no final do período	(60.316)	(231.255)

(i) Plano Previdenciário

Em avaliação atuarial realizada em 31 de agosto de 2013, o Plano Complementar de Benefícios Previdenciários apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.068.929, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.008.613 resultou em um déficit de R\$ 60.316 sendo, portanto, inferior ao valor do passivo atuarial atualmente registrado, relativo ao Plano Previdenciário (R\$ 75.147). Observa-se que o montante contabilizado pela CEB Distribuição S.A é suficiente para a cobertura da provisão total de benefícios pós-emprego do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 1.024.186) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R\$ 1.830), exigível contingencial (R\$ 4.167) e fundos (R\$ 9.575), resultando no valor justo de R\$ 1.008.613, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas. Ressalta-se que o saldo do contrato de dívida junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 31/08/2013, um déficit atuarial. Apesar da alteração na taxa de juros real de desconto ter ocasionado uma redução na obrigação atuarial, a redução no valor justo dos ativos do plano provocou um substancial aumento no déficit atuarial do plano de benefícios.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos anos estão listados no quadro abaixo.

	31/08/2013	31/05/2013	31/12/2012
Valor presente da Obrigação atuarial	1.068.929	1.095.271	1.236.263
Valor justo dos ativos do plano	(1.008.613)	(1.055.403)	(1.139.775)
Resultado	60.316	39.868	96.488

(ii) Plano Assistencial

A avaliação atuarial do plano Assistencial, posicionada em 31/08/2013, revelou que a obrigação atuarial deste plano é de R\$ 231.255. Considerando-se que este plano não possui valor justo de ativos, então a obrigação atuarial calculada em 31/08/2013 se encontra sem lastro de ativos financeiros. A composição deste passivo se dá da seguinte forma: a) passivo de curto prazo dos ativos: R\$ 8.347; b) passivo de longo prazo dos ativos: R\$ 62.426; c) passivo de curto prazo dos assistidos: R\$ 11.835; e d) passivo de longo prazo dos assistidos: R\$ 148.647. O passivo líquido contabilizado em 31/08/2013 era de R\$ 236.562 e, computadas as variações ocorridas em 2013, conforme demonstradas nos quadros anteriores têm-se um passivo líquido em 31/08/2013 de R\$ 231.255, sendo este o valor da provisão de benefícios pós-emprego para o Plano Assistencial.

Considerando que na data de 30 de setembro de 2013 a CEB Distribuição S.A já possuía uma provisão para o plano Assistencial no montante de R\$ 236.562, foi registrado o valor de R\$ 5.307 para ajustar o passivo ao montante da obrigação atuarial de R\$ 231.255.

Quadro demonstrativo da despesa total reconhecida na demonstração dos resultados:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
Valores reconhecidos na DRE	2013	2013
Custo do serviço corrente	(2.616)	(471)
Contribuições dos participantes	2.694	
Custo de juros	(24.424)	(5.236)
Rendimento esperado dos ativos do plano	23.536	
Total da (despesas)/receita reconhecida	(810)	(5.707)

Segue abaixo a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa, como demonstrado a seguir:

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
	2013	2013
Composição dos ativos		
Disponível	0,01%	
Renda Fixa	85,20%	0,00%
Renda Variável	4,85%	0,00%
Investimentos estruturados	6,15%	0,00%
Investimentos Imobiliários	1,19%	0,00%
Empréstimos com Participantes	2,60%	0,00%
Total percentual dos ativos do plano	100,00%	0,00%

iii) Premissas Atuariais

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31.08.2013	31.12.2012	31.08.2013	31.12.2012
Premissas atuariais adotadas				
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	5,70%	4,00%	5,70%	4,00%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do plano	9,21%	10,20%	0,00%	0,00%
Taxa anual de inflação	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa de crescimento nominal anual dos custos de saúde	0,00%	0,00%	7,00%	7,00%
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Capacidade real dos salários e dos benefícios	100,00%	100,00%		
Tábuas biométricas:				
Mortalidade geral		AT 83 por sexo		AT 83 por sexo
Entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927
Mortalidade de inválidos		IAPC		IAPC
Grupo de dependentes para pensão		Família média regional		Família média regional

Comparativo evidenciando retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/08/2013	31/12/2012	31/08/2013	31/12/2012
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	9,21%	10,43%	N/A	N/A
Retorno real anual dos ativos do plano	9,21%	10,20%	N/A	N/A

c) Contrato de dívida atuarial (*)

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB Distribuição assumiu a dívida relativa a esse contrato.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 30 de setembro de 2013:

	Total	Circulante	Não Circulante
Passivo em 31/12/2012	91.672	28.889	62.783
Amortização	(23.858)	(23.858)	
Atualização	7.333	2.502	4.831
Transferências para o circulante		24.612	(24.612)
Passivo em 30/09/2013	75.147	32.145	43.002

(*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo é a seguinte:

	30/09/2013	31/12/2012
Contribuições para o plano	1.269	1.951
Contrato de dívida	75.147	91.672
Provisão Atuarial		4.816
Total	76.416	98.439

Para cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado as contribuições a pagar, dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit (vide letra b. (ii). a) pactuado entre a Companhia e a FACEB.

d) Programa de desligamento voluntário

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

	Total	Circulante	Não Circulante
Passivo em 31/12/2012	14.993	9.156	5.837
Amortização no período	(6.721)	(6.721)	
Atualização no período	(8)		(8)
Transferências para o circulante		3.107	(3.107)
Passivo em 30/09/2013	8.264	5.542	2.722

21 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatórios em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Regulatórias			45.406	32.940
Trabalhistas	90	96	7.087	5.263
Fiscais	10.821	9.148	10.821	9.148
Cíveis			6.527	6.826
Total	10.911	9.244	69.841	54.177
Circulante	90	9.244	4.855	12.924
Não Circulante	10.821		64.986	41.253

(a) Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	Controladora		
	Trabalhista	Fiscais	Total
Saldo em 31/12/2012	96	9.148	9.244
Constituições de Provisão	11	2.295	2.306
Pagamentos		(553)	(553)
Reversão de Provisão	(17)	(69)	(86)
Saldo em 30/09/2013	90	10.821	10.911

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31/12/2012	5.263	6.826	9.148	32.940	54.177
Constituições de Provisão	1.777	463	2.295	10.596	15.131
Pagamentos			(553)		(553)
Reversão de Provisão	(1.217)	(972)	(69)		(2.258)
Atualização Monetária	1.264	210		1.870	3.344
Saldo em 30/09/2013	7.087	6.527	10.821	45.406	69.841



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Demandas Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicionais de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) Demandas Cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, danos morais, além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) Demandas Regulatórias

A Companhia vem buscando alternativas nas esferas administrativa, judicial e junto ao Órgão Regulador acerca de autuações por descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e referente à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB Distribuição S.A., consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP e CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, na qual foi indeferida pela Receita Federal.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios classificadas como Possíveis

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza trabalhistas e cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 30 de setembro de 2013 é apresentado conforme segue:



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Fiscais	21.529	21.529	21.529	21.529
Cíveis	150	200	1.836	1.786
Trabalhistas	21	22	255	120
Total	21.700	21.751	23.620	23.435

(i) Demandas Fiscais

Representam valores referentes às Contribuições Sociais de PIS e COFINS, que foram objeto de compensação com créditos existentes na Receita Federal por recolhimentos realizados a maior, e que, quando da solicitação da compensação através de PER/DCOMP estes não foram homologados pela Receita Federal. Os consultores legais da Companhia vêm buscando reverter a decisão da Receita Federal com a comprovação de que tais cobranças não procedem.

22 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Recursos para Futuro Aumento de Capital (a)	212.000	212.000	212.000	212.000
Parcelamento de Multa ANEEL			8.584	12.641
Arrendamento			3.525	4.556
Adiantamento Eletrobrás - Aporte CDE (b)			2.932	
Consignações a Favor de Terceiros	56	56	2.124	6.461
Retenção de Quotas RGR			724	724
Cauções e Garantia			668	668
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos			585	1.100
Adiantamentos de Clientes				3.720
Encargos Ex - Isolados Lei 12.111/09				690
Obrigações com Empresas Ligadas	67	330		
Outras Obrigações			3.288	3.488
Total	212.123	212.386	234.430	246.048
Circulante	123	386	15.671	25.691
Não Circulante	212.000	212.000	218.759	220.357

(a) Refere-se a adiantamento efetuado pelo controlador, Governo do Distrito Federal, que necessita de aprovação na assembleia de acionistas para que seja incorporado ao capital da Companhia. O valor será incorporado ao capital pelo seu valor histórico.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Em 29 de maio de 2013, através do Despacho nº 1.711, a ANEEL autorizou o repasse antecipado pela Eletrobrás às Concessionárias de Distribuição, com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, dos valores mensais homologados para a cobertura dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica e à redução equilibrada das tarifas, referentes às competências de maio a novembro de 2013. O valor antecipado foi de R\$ 10.261 e o saldo de R\$ 7.329 refere-se ao período de julho a novembro de 2013.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056 (R\$ 342.056 em 2012). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações é a seguinte:

Capital Total em Ações	30/09/2013	31/12/2012
Ações Ordinárias	4.576.432	4.576.432
Ações Preferenciais	4.607.026	4.607.026
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	3.294.024	3.294.024
Total	9.183.458	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação	30/09/2013	31/12/2012
Patrimônio Líquido	465.994	426.622
(-) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(11.969)	(11.969)
Total	454.025	414.653
Quantidade de Ações	9.183.458	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação - Em (R\$)	49,44	45,15

(b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

(i) Custo Atribuído (Deemed Cost)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442	1.442
Ajustes por adoção do custo atribuído	295.744	295.744
Saldo em 01 de janeiro de 2009	297.186	297.186
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL 34%)	(97.270)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2012, líquido do efeito fiscal	188.817	188.817
Saldo em 30 de setembro de 2013, líquido do efeito fiscal	188.817	188.817

(ii) Ganhos/Perdas na Variação de Percentual em Participações Societárias

Em dezembro de 2011, foi contabilizado em ajuste de avaliação patrimonial uma perda de capital por diluição de percentual no capital da Controlada em conjunto Energética Corumbá III, o valor desta perda foi de R\$ 847 e foi apurado pelo cálculo da equivalência patrimonial. Em abril de 2012, foi contabilizado nova perda no valor de R\$ 29 em função dos aportes realizados pelos demais acionistas da Controlada não terem ocorrido na mesma proporção que os realizados pela Companhia. Em abril de 2013, ocorreu novo aporte de capital pelos acionistas, os quais não foram proporcionais às participações detidas por cada acionista. Desta forma, a Companhia registrou perda no valor de R\$ 31. O saldo acumulado desta perda em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 906.

Em outubro de 2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A se reuniram em assembleia geral extraordinária e aprovaram e formalizaram a opção de compra da totalidade das ações preferência nominativa classe “B” de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB Corumbá. Após a aquisição, estas ações foram contabilizadas na Coligada na rubrica de Ações em Tesouraria e gerou alteração na estrutura societária da Coligada, desta forma, a participação do Grupo na Coligada passou de 39,07% para 45,57% gerando um ganho na variação de percentual de R\$ 18.623.

Em 30 de setembro de 2013, a composição do saldo da rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” é a seguinte:

	30/09/2013	31/12/2012
Custo atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A (a)	18.623	18.623
Perda de Capital na Diluição de Percentual – Energética Corumbá III	(906)	(875)
Total	206.534	206.565

(c) Resultado do exercício

Até o período findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 17.904 (R\$ 34.845 em 30 de setembro de 2012).

(d) Reserva de lucros

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6404/76, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada às



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reservas de capital, exceder em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

(f) Distribuição de Dividendos

A política de dividendos da entidade consta no Art. 9º do Estatuto vigente, em relação às ações preferenciais classe A:

I - Prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 10% ao ano, calculados proporcionalmente ao que elas representem do capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente.

II - Prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

O Art. 10º apresenta o seguinte texto relacionado aos titulares das ações preferenciais classe B: “[...] gozarão de prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, sem prêmio, após o reembolso da classe A, em caso de liquidação da Companhia.”. Ainda, em Parágrafo único, no mesmo artigo “[...] ações preferenciais classe B não tem direito a dividendo fixo ou mínimo.”. Conforme consta no Estatuto Art. 37 parágrafo 1º “Será sempre assegurado às ações preferenciais classe A, [...] o recebimento de dividendos 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2012 foi aprovada pela Administração da Companhia Energética de Brasília na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013, no montante de R\$ 29.744. O valor do dividendo por ação a ser distribuído é de R\$ 2,46640 por ação ordinária, R\$ 4,59932 por ação preferencial Classe A e R\$ 3,76926 por ação preferencial Classe B. A data aprovada para pagamento do dividendo relativo ao exercício de 2012 é até 31 de dezembro de 2013.

24 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S/A;
- Geração de energia – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S/A. Cabe ressaltar que 82% da energia gerada é comercializada dentro do próprio grupo com a CEB Distribuição S/A. ;
- Comercialização de energia elétrica – tem como atribuição comercialização energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília S.A - CEB Holding – que tem como atribuição a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal e a Companhia Brasiliense de Gás S.A que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de setembro de 2013, a Receita Operacional Bruta registrada pelo fornecimento de energia elétrica e prestações de serviços com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 262.534, representando 15,56% da Receita Operacional Bruta Consolidada (R\$ 223.499 – 12,82% da Receita Operacional Bruta Consolidada em 30/09/2012).

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável para os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e de 2012 estão incluídas abaixo:

	Período de três meses findos em											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	416.851	386.563	4.373	3.609	32.907	29.672	6.099	14.148	(31.969)	(28.431)	428.261	405.561
Energia Elétrica comprada para Revenda	(140.035)	(202.701)			(1.506)				31.767	28.223	(109.774)	(174.478)
Encargos de uso da rede elétrica	(19.059)	(32.176)	(192)	(198)	(3.115)	(3.460)			192	198	(22.174)	(35.636)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(159.094)	(234.877)	(192)	(198)	(4.621)	(3.460)			31.959	28.421	(131.948)	(210.114)
Pessoal	(43.672)	(37.519)	(293)	(257)	(694)	(746)	(1.054)	(480)			(45.713)	(39.002)
Entidade de Previdência Privada	(1.743)	(2.182)					(21)	(6)			(1.764)	(2.188)
Material	(1.782)	(1.309)	(6)	(8)	(1)	(4)	(69)	(479)			(1.858)	(1.800)
Serviço de Terceiros	(32.205)	(29.143)	(1.057)	(1.068)	(1.029)	(898)	(6.830)	(9.082)			(41.121)	(40.191)
Depreciação e Amortização	(10.295)	(9.925)	(90)	(89)	(1.646)	(1.651)	(105)	(206)			(12.136)	(11.871)
Provisões	(13.970)	(2.191)	(1)	(16)	(2)	(28)	57				(13.916)	(2.235)
Custo de Construção	(45.495)	(56.274)									(45.495)	(56.274)
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	(3.634)	(1.469)									(3.634)	(1.469)
Arrendamento					(9.597)	(12.403)					(9.597)	(12.403)
Outras	(4.286)	(4.769)	(222)	(229)	(1.130)	(1.143)	(1.069)	(1.159)	11	10	(6.696)	(7.290)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(157.082)	(144.781)	(1.669)	(1.667)	(14.099)	(16.873)	(9.091)	(11.412)	11	10	(181.930)	(174.723)
Equivalência Patrimonial					2.858	3.060	91.821	5.936	(87.775)	(3.418)	6.904	5.578
RESULTADO BRUTO	100.675	6.905	2.512	1.744	17.045	12.399	88.829	8.672	(87.774)	(3.418)	121.287	26.302
Receita Financeira	5.205	6.504	169	154	1.272	2.245	294	37	(136)	(1.362)	6.804	7.578
Despesa Financeira	(13.807)	(13.725)	(8)	(7)	(52)	(1.392)	(9)	(1.405)	136	1.362	(13.740)	(15.167)
RESULTADO FINANCEIRO	(8.602)	(7.221)	161	147	1.220	853	285	(1.368)			(6.936)	(7.589)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	92.073	(316)	2.673	1.891	18.265	13.252	89.114	7.304	(87.774)	(3.418)	114.351	18.713
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(14.896)	(4.399)	(193)	(164)	(5.261)	(3.485)		(306)			(20.350)	(8.354)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos												
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	77.177	(4.715)	2.480	1.727	13.004	9.767	89.114	6.998	(87.774)	(3.418)	94.001	10.359
Atribuível ao Acionista Controlador											89.234	7.099
Atribuível aos Acionistas não Controladores											4.767	3.260
INFORMAÇÕES ADICIONAIS												
Receita Operacional Líquida	416.851	386.563	4.373	3.609	32.907	29.672	6.099	14.148			460.230	433.992
Receita entre Segmentos	(203)	(209)			(31.766)	(28.222)					(31.969)	(28.431)
Receitas com Clientes Externos	416.648	386.354	4.373	3.609	1.141	1.450	6.099	14.148			428.261	405.561



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Período de nove meses findos em											
	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.217.583	1.090.034	11.660	10.798	92.128	92.944	30.671	40.620	(89.649)	(84.170)	1.262.393	1.150.226
Energia Elétrica comprada para Revenda	(639.763)	(591.597)	(715)		(12.228)				89.041	83.553	(563.665)	(508.044)
Encargos de uso da rede elétrica	(78.380)	(99.271)	(576)	(587)	(9.526)	(10.249)			576	587	(87.906)	(109.520)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(718.143)	(690.868)	(1.291)	(587)	(21.754)	(10.249)			89.617	84.140	(651.571)	(617.564)
Pessoal e Administradores	(126.457)	(116.161)	(831)	(677)	(2.183)	(2.253)	(2.954)	(1.154)			(132.425)	(120.245)
Entidade de Previdência Privada	(5.263)	(5.421)					(42)	(8)			(5.305)	(5.429)
Material	(4.077)	(4.052)	(19)	(58)	(17)	(17)	(103)	(516)			(4.216)	(4.643)
Serviço de Terceiros	(86.386)	(83.459)	(3.008)	(3.084)	(2.903)	(2.755)	(25.492)	(30.533)			(117.789)	(119.831)
Depreciação e Amortização	(31.298)	(27.624)	(269)	(267)	(4.945)	(4.954)	(316)	(375)			(36.828)	(33.220)
Provisões	(15.277)	(6.651)	(19)	(48)	(103)	(137)	(2.263)	(40)			(17.662)	(6.876)
Custo de Construção	(148.922)	(119.716)									(148.922)	(119.716)
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	(38.701)	5.477									(38.701)	5.477
Arrendamento					(28.790)	(37.209)					(28.790)	(37.209)
Outras	(12.993)	(6.450)	(839)	(816)	(3.566)	(4.724)	(3.219)	(3.712)	33	30	(20.584)	(15.672)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(469.374)	(364.057)	(4.985)	(4.950)	(42.507)	(52.049)	(34.389)	(36.338)	33	30	(551.222)	(457.364)
Equivalência Patrimonial					10.095	11.120	25.629	31.976	(17.818)	(29.905)	17.906	13.191
RESULTADO BRUTO	30.066	35.109	5.384	5.261	37.962	41.766	21.911	36.258	(17.817)	(29.905)	77.506	88.489
Receita Financeira	18.044	22.690	482	451	5.290	4.030	1.516	980	(2.603)	(1.371)	22.729	26.780
Despesa Financeira	(38.422)	(49.565)	(24)	(26)	(2.672)	(1.801)	(3.882)	(1.866)	2.603	1.371	(42.397)	(51.887)
RESULTADO FINANCEIRO	(20.378)	(26.875)	458	425	2.618	2.229	(2.366)	(886)			(19.668)	(25.107)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	9.688	8.234	5.842	5.686	40.580	43.995	19.545	35.372	(17.817)	(29.905)	57.838	63.382
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(14.949)	(14.388)	(521)	(486)	(11.561)	(11.092)	(2.061)	(826)			(29.092)	(26.792)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		11.246										11.246
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(5.261)	5.092	5.321	5.200	29.019	32.903	17.484	34.546	(17.817)	(29.905)	28.746	47.836
Atribuível ao Acionista Controlador											17.904	34.845
Atribuível aos Acionistas não Controladores											10.842	12.991
INFORMAÇÕES ADICIONAIS												
Receita Operacional Líquida	1.217.583	1.090.034	11.660	10.798	92.128	92.944	30.671	40.620			1.352.042	1.234.396
Receita entre Segmentos	(608)	(618)			(89.041)	(83.552)					(89.649)	(84.170)
Receitas com Clientes Externos	1.216.975	1.089.416	11.660	10.798	3.087	9.392	30.671	40.620			1.262.393	1.150.226



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

(a) Receita Operacional Líquida

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Fornecimento de Energia Elétrica			448.104	498.988
Energia de Curto Prazo			58.408	4.761
Receita de Construção			45.495	56.274
Receita de Prestação de Serviços	5.602	14.498	7.787	15.373
Suprimento de Energia			7.955	7.181
Arrendamento e Aluguéis			6.416	5.195
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			3.717	10.410
Receita de Venda de Gás			1.431	1.553
Outras Receitas			1.079	873
Receita Operacional Bruta	5.602	14.498	580.392	600.608
Impostos	(112)	(290)	(87.704)	(100.173)
Contribuições	(518)	(1.281)	(56.543)	(52.519)
Encargos do Consumidor			(7.884)	(42.355)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(630)	(1.571)	(152.131)	(195.047)
Receita Operacional Líquida	4.972	12.927	428.261	405.561

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Fornecimento de Energia Elétrica (*)			1.316.597	1.485.977
Energia de Curto Prazo			154.282	19.374
Receita de Construção			148.922	119.716
Receita de Prestação de Serviços	30.772	41.426	34.289	44.765
Suprimento de Energia			21.971	21.598
Arrendamento e Aluguéis			17.516	15.268
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			13.161	28.709
Receita de Venda de Gás			4.268	4.895
Outras Receitas			2.584	3.205
Receita Operacional Bruta	30.772	41.426	1.713.590	1.743.507
Impostos	(615)	(829)	(266.545)	(299.055)
Contribuições	(2.847)	(3.833)	(156.974)	(156.774)
Encargos do Consumidor			(27.678)	(137.452)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(3.462)	(4.662)	(451.197)	(593.281)
Receita Operacional Líquida	27.310	36.764	1.262.393	1.150.226

(*) Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são remunerados pelo WACC regulatório (custo médio ponderado de capital) e essa remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor. Em 30 de setembro de 2013, o valor corresponde a R\$ 47.748 (R\$ 45.367 em 30/09/2012).



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Custo com Serviço de Energia Elétrica

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Energia elétrica comprada para revenda	(188.270)	(160.072)	(634.359)	(458.770)
Encargos de uso da rede elétrica	(22.174)	(35.636)	(87.906)	(109.519)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(19.319)	(14.406)	(75.795)	(49.275)
Aporte de Recursos da CDE (i)	97.815		146.489	
Total	(131.948)	(210.114)	(651.571)	(617.564)

(i) Aporte CDE – Decretos nºs 7891/2013 e 7.945/2013

O custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e no 1º semestre de 2013 em função dos baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas sendo necessário o acionamento das térmicas que teve o custo mais alto de geração de energia por causa da seca no primeiro semestre. Antes, o gasto com térmicas costumava ser repassado para as tarifas.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias não têm gerência sobre esses custos, o governo federal emitiu, em 23 de janeiro 2013, o Decreto 7.891, alterado pelo Decreto 7.945 de 7 de março de 2013 que promove alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético CDE.

Com relação à contratação de energia, o Decreto 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

- neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);
- cobrir o custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética); e



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iv. o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia) nos processos tarifários realizados nos doze meses subsequentes à data de 8 de março de 2013.

Os aportes de CDE relativos aos itens (i), (ii) e (iii) foram registrados a crédito do custo com energia elétrica em contrapartida com a rubrica outros créditos - contas a receber Aporte CDE – decreto nº 7.945/2013 (Nota 7). No período de janeiro a setembro de 2013, foi registrado o total de R\$ 146.489 a título de ressarcimento de custos com base nas resoluções emitidas pela ANEEL nos períodos a que competem e recebidas conforme previsto nas respectivas resoluções pelos valores homologados. Em 30 de setembro de 2013 o valor de R\$ 5.026, registrado no contas a receber, possui previsão de recebimento em outubro de 2013, de acordo com a resolução ANEEL.

Na Resolução Homologatória nº 1.589 de 20 de agosto de 2013 que homologou a tarifa da CEB Distribuição a ANEEL estabeleceu o valor total de R\$ 94.616, repassado pela Eletrobrás à CEB Distribuição S.A., em parcela única no dia 04 de setembro de 2013, para cobertura do resultado positivo das Contas de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVAs correspondentes à aquisição de energia e ao Encargo de Serviço do Sistema – ESS. Esse montante compõe o total de R\$ 146.489 constante do quadro acima como Aporte de Recursos da CDE (Nota 1.2 (vii)).

(c) Custos e Despesas Operacionais por Natureza

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Pessoal e Administradores	(988)	(424)	(45.713)	(39.002)
Custo de Construção - concessão			(45.495)	(56.274)
Serviço de Terceiros	(6.759)	(9.019)	(41.121)	(39.853)
Depreciação e Amortização	(36)	(136)	(12.136)	(11.870)
Arrendamento			(9.597)	(12.403)
(Provisão)/ Reversão/Perdas de Devedores Duvidosos (i)			(3.634)	(1.469)
Material	(68)	(478)	(1.858)	(1.800)
Entidade de Previdência Privada	(21)	(8)	(1.764)	(2.188)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(891)	(1.017)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(727)	(881)
Outras Despesas	(40)	(16)	(4.478)	(5.088)
Total	(7.912)	(10.081)	(167.414)	(171.845)
Classificados como:				
Custo da Operação			(98.879)	(123.482)
Custo dos Serviços Prestados	(5.466)	(9.875)	(8.145)	(8.981)
Despesas com Vendas			(18.937)	(16.417)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.446)	(206)	(41.453)	(22.965)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Custo de Construção - concessão			(148.922)	(119.716)
Pessoal e Administradores	(2.764)	(992)	(132.425)	(120.245)
Serviço de Terceiros	(25.246)	(30.313)	(117.789)	(119.492)
(Provisão)/ Reversão/Perdas de Devedores Duvidosos (i)			(38.701)	5.477
Depreciação e Amortização	(107)	(166)	(36.828)	(33.220)
Arrendamento			(28.790)	(37.209)
Entidade de Previdência Privada	(42)	(8)	(5.305)	(5.429)
Material	(100)	(514)	(4.216)	(4.643)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(4.109)	(4.577)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(2.559)	(2.477)
Propaganda e Publicidade				(339)
Outras Despesas	(146)	(120)	(16.571)	(15.385)
Total	(28.405)	(32.113)	(536.215)	(457.255)
Classificados como:				
Custo da Operação			(309.023)	(283.963)
Custo dos Serviços Prestados	(21.688)	(27.760)	(24.849)	(29.253)
Despesas com Vendas			(84.110)	(37.455)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.717)	(4.353)	(118.233)	(106.584)

(i) Inclui a baixa para perdas relativo a débitos do Governo do Distrito Federal vencido a mais de 360 dias e baixados por prescrição dos créditos no montante de R\$ 28.986 (Nota 6 (d)).

(d) Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

	Períodos de três meses findos em		
	Controladora	Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2013	30/09/2012
Outras Receitas Operacionais			
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego		7.782	6.711
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas		2.717	1.201
Ressarcimento das CCEs		426	
Reversão de Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	69	468	111
Ganho na Baixa de Bens		(87)	90
Outras Receitas	17	16	5
Subtotal	86	11.322	8.118
Outras Despesas Operacionais			
Provisão de Benefícios Pós Emprego		(9.548)	(7.730)
Compensação por Descontinuidade de Energia		(3.414)	(1.643)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(11)	(12.485)	(1.482)
Multas ANEEL		(258)	(297)
Outras Despesas		(133)	157
Subtotal	(11)	(25.838)	(10.995)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquida	75	(14.516)	(2.877)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			23.098	19.669
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			7.850	3.892
Ressarcimento das CCEs			7.120	
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros			4.296	
Reversão de Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	86		2.258	2.310
Ganho na Baixa de Bens			(100)	14.369
Outras Receitas	77		841	26
Subtotal	163		45.363	40.266
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(28.645)	(23.190)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(12.272)	(9.178)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(2.306)		(18.475)	(4.863)
Multas ANEEL			(784)	(2.342)
Outras Despesas	(43)	(40)	(194)	(801)
Subtotal	(2.349)	(40)	(60.370)	(40.374)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquida	(2.186)	(40)	(15.007)	(108)

(e) Resultado Financeiro

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	1		2.619	2.435
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			1.816	3.232
Rendimentos de Aplicações Financeiras	281	128	1.662	1.358
Multas e Penalidades Aplicadas			625	674
Receita de Dividendos	4	11	4	11
Outas Receitas Financeiras	1	(109)	78	(132)
Subtotal	287	30	6.804	7.578
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas		(1.313)	(7.261)	(8.650)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos			(4.453)	(4.541)
Atualização de Benefício pós-emprego			(1.192)	(2.375)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			(560)	812
Outras Despesas Financeiras	(10)	(93)	(274)	(413)
Subtotal	(10)	(1.406)	(13.740)	(15.167)
Resultado Financeiro, Líquido	277	(1.376)	(6.936)	(7.589)



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	5		8.376	11.369
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			8.072	9.204
Rendimentos de Aplicações Financeiras	939	259	4.305	3.388
Multas e Penalidades Aplicadas			1.292	1.828
Receita de Dividendos	551	693	551	948
Outas Receitas Financeiras	3		133	43
Subtotal	1.498	952	22.729	26.780
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	(886)	(1.322)	(19.310)	(27.281)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos		(236)	(13.936)	(15.575)
Custo de Transação (Empréstimos e Financiamentos)	(2.972)		(2.972)	
Atualização de Benefício pós-emprego			(3.785)	(5.911)
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			(1.667)	(928)
Outras Despesas Financeiras	(24)	(309)	(727)	(2.192)
Subtotal	(3.882)	(1.867)	(42.397)	(51.887)
Resultado Financeiro, Líquido	(2.384)	(915)	(19.668)	(25.107)

26 LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em		Período de nove meses findos em	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Lucro Líquido (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	89.234	7.099	17.904	34.845
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	44.466	3.537	8.922	17.364
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	44.768	3.561	8.982	17.481
Média ponderada das ações em circulação				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	4.576	4.576	4.576	4.576
Ações preferenciais – básicas e diluídas	4.607	4.607	4.607	4.607
Lucro (Prejuízo) por ação – R\$:				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	9,7172	0,7731	1,9496	3,7945
Ações preferenciais - básicas e diluídas	9,7172	0,7731	1,9496	3,7945

27 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Períodos de três meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Remuneração	198	140	615	551
Demais Benefícios de Curto Prazo	94	18	210	299
Total	292	158	825	850

	Períodos de nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Remuneração	573	380	1.835	1.630
Demais Benefícios de Curto Prazo	157	56	515	589
Total	730	436	2.350	2.219



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

(c) Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

(i) Operações da Controladora com suas controladas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Condições de Realização das Transações	Controladora	
		30/09/2013	31/12/2012
Ativo		9.308	14.039
Contas a Receber, líquida da PDD		1.845	3.348
Governo do Distrito Federal	a	1.845	3.348
Demais Ativos		7.463	10.691
Dividendos/JSCP	b	7.335	10.435
CEB Geração S/A			659
CEB Lajeado S/A		7.335	7.526
CEB Participações S.A			743
Energética Corumbá III S/A			1.284
Corumbá Concessões S/A			223
Outras Operações		128	256
CEB Distribuição S/A	c	128	256
Passivo		683	86.549
Empréstimos			85.551
CEB Lajeado S/A	d		85.551
Demais Obrigações		683	998
CEB Distribuição S/A	e	617	669
CEB Distribuição S/A	f	66	329

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Controladora			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
		30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receitas		5.602	14.498	30.772	41.426
Receita de Prestação de Serviços		5.602	14.498	30.772	41.426
Governo do Distrito Federal	g	5.602	14.498	30.772	41.426
Despesas		11	10	919	39
Despesas Financeiras				886	9
Juros de empréstimos				886	9
CEB Lajeado S.A	h			886	9
Outras Despesas		11	10	33	30
Despesa de Locação de Imóvel		11	10	33	30
CEB Distribuição S.A	i	11	10	33	30



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) Representa valores a receber por serviços prestados de Iluminação Pública ao Governo do Distrito Federal.
- b) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das controladas.
- c) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram créditos em conta corrente da CEB Distribuição S.A..
- d) Valor do empréstimo captado pela CEB Lajeado S.A. e repassado a CEB para cumprir compromisso de subscrição de ações conforme resolução ANEEL.
- e) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB Distribuição S.A. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais
- f) Refere-se a valores a pagar de depósito de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB e que é repassado através de encontro de contas a CEB Distribuição S.A.
- g) Representa a receita do serviço de iluminação pública e manutenção por serviços prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF.
- h) Valor de encargos financeiros sobre repasse de empréstimo realizado pela controlada CEB Lajeado S.A a CEB.
- i) Trata-se de contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M. Os valores são acordados entre as partes e o contrato e as renovações têm a anuência do órgão regulador.

(ii) Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Condições de Realização das Transações	Consolidado	
		30/09/2013	31/12/2012
Ativo		113.783	116.124
Contas a Receber, Liquida da PDD		106.914	107.189
Corumbá Concessões S/A	a	196	270
Energética Corumbá III S/A	a	52	72
Governo do Distrito Federal	b	106.666	106.847
Demais Ativos		6.869	8.935
Dividendos/JSCP	c	6.350	8.503
Corumbá Concessões S/A			233
Investco S/A		6.350	8.270
Outras Operações		519	432
Governo do Distrito Federal	d	519	432

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Condições de Realização das Transações	Consolidado	
		30/09/2013	31/12/2012
Passivo		323.026	275.190
Fornecedores		106.655	58.819
Corumbá Concessões S/A	e	10.855	10.380
Energética Corumbá III S/A	e	3.019	3.055
Governo do Distrito Federal	f	92.781	45.384
Dividendos		4.371	4.371
Governo do Distrito Federal	g	4.371	4.371
Outras Obrigações		212.000	212.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – Governo do Distrito Federal	h	212.000	212.000

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Condições de Realização das Transações	Consolidado			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de nove meses findos em	
		30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Receitas		106.245	76.845	265.416	227.352
Receita de Comercialização de Energia	i	755	1.069	2.364	3.259
Corumbá Concessões S/A		597	845	1.866	2.587
Energética Corumbá III S/A		158	224	498	672
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica		105.489	75.776	262.534	223.499
Governo do Distrito Federal	j	105.489	75.776	262.534	223.499
Receita de Dividendos				517	594
BSB Energética S.A	k			517	594
Despesas		42.309	44.882	151.203	120.757
Energia Comprada para Revenda		42.309	44.882	122.217	120.757
Corumbá Concessões S/A	l	33.288	30.807	96.365	90.808
Energética Corumbá III S/A	l	9.021	14.075	25.852	29.949
Perdas com Contas a Receber				28.986	
Governo do Distrito Federal	m			28.986	

a) As empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá S.A são cessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB Distribuição S.A) e serviços de iluminação pública e manutenção (Companhia Energética de Brasília – CEB) prestado ao Governo do Distrito Federal - GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público. Em 2011 a CEB Distribuição S/A firmou contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB no montante de R\$ 20.478 para pagamento em 48 parcelas fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Pelo serviço de iluminação pública os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das coligadas.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB Distribuição S.A.. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.

e) A CEB Distribuição S.A. tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com a empresa Corumbá Concessões S.A, com prazo de vigência até 07/07/2015. As tarifas são homologadas e revisadas pelo órgão regulador para cada empresa/contrato.

f) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito federal (GDF). Do montante de R\$ 92.781, R\$ 81.254 refere-se à parcela já arrecadada e pendente de pagamento ao GDF. Esse saldo representa o montante histórico arrecadado, sem atualização monetária e de juros, não calculado pelo fato de a Administração entender que tal dispositivo não está regulamentado.

g) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador.

h) Representa o valor dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) realizado do Governo do Distrito Federal – GDF, para aportes no capital da Companhia Energética de Brasília – CEB.

i) A empresa Corumbá Concessões S/A e Energética Corumbá III são cessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB Distribuição S.A e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

j) Representa a receita do serviço de iluminação pública, manutenção e fornecimento de energia elétrica ao GDF.

k) Representa a receita de dividendos recebido do investimento em participação societária na empresa BSB Energética S.A.

l) Refere-se a receita auferida pela CEB Distribuição S.A pelo serviço de suprimento de energia a empresa Corumbá Concessões S.A..

m) Representa a perda por baixa de faturas de órgãos do Governo do Distrito Federal vencidas há mais de 360 dias, cujos créditos foram considerados incobráveis.

(iii) Operações com a FACEB

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB. Vide detalhes das transações na Nota 20.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Acordo de Cooperação Técnica

Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB Distribuição S.A, por meio da Resolução nº 378 autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal - SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal - GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o Data Center da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB Distribuição S.A. para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos para ambos, apenas troca de benefícios.

28 SEGUROS (não revisado)

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas à UPA – Usina Hidrelétrica do Paranoá e aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição – componentes do Ativo Imobilizado da CEB Geração S.A. e da CEB Distribuição S.A., conforme os critérios de riscos constantes de relatório técnico – estão cobertos, até 30 de dezembro de 2013 (CEB Distribuição S.A) e até 1 de fevereiro de 2014 (CEB Geração S.A), por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 910 com um total segurado de R\$ 369.370.

Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações contábeis intermediárias, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

29 EVENTO SUBSEQUENTE

Instrução Normativa nº 1.397 da Receita Federal do Brasil

Em 16 de setembro de 2013, a Receita Federal do Brasil (RFB) emitiu a Instrução Normativa nº 1.397 definindo de forma geral que, para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT – Regime Tributário de Transição, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

Em 3 de outubro de 2013, representantes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), da Associação Brasileira de Companhias Abertas (ABRASCA), do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), após reunião de discussão sobre a referida Instrução com o Secretário da Receita Federal, emitiram comunicado conjunto para divulgar a informação de que não haverá dupla contabilidade nem a tributação de dividendos, juros sobre capital próprio e equivalência patrimonial pela diferença entre critérios contábeis societários e fiscais até dezembro de 2013, e que a RFB informou também que serão agilizadas a emissão de Medida Provisória sobre a matéria tributada e a revisão da Instrução, para vigorar apenas a partir do exercício de 2014.

A Administração está avaliando os possíveis impactos decorrentes deste assunto.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Brasília, 21 de novembro de 2013.

RUBEM FONSECA FILHO

Diretor-Presidente

EULER GUIMARÃES SILVA

Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO

Diretor de Geração e Negócios

MARCELO GOMES DE ALENCAR

**Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores**

THIAGO CAVALCANTE SANTOS

Contador

CRC – DF 022977/0